



PÁRA-QUEDISTAS: ELAS CHEGARAM LÁ!

CORRESPONDÊNCIA ENTRE
POSTOS E GRADUAÇÕES
NAS FORÇAS
ARMADAS

AMARELO OURO AZUL CELESTE VERDE ORGULHO

A Capemi completou 45 anos de existência
em julho de 2005.

COM MUITO ORGULHO.

Orgulho de ter correspondido às expectativas
de milhares e milhares de brasileiros previdentes
desde a sua fundação.

Orgulho por ter contribuído efetivamente com
os esforços gerais para atenuar um dos mais sérios
problemas sociais do país, que é a questão da
criança desassistida.

Orgulho de poder proclamar que ampara
hoje, mais de 100 mil pessoas situadas na faixa de
pobreza absoluta.

Orgulho de ter suas origens estreitamente
ligadas às Forças Armadas, especialmente ao
Exército.

CAPEMI - Uma empresa genuinamente brasileira

COM MUITO ORGULHO.



Capemi

PREVIDÊNCIA • SEGUROS

ALÔ CAPEMI 0800 723 3030

www.capemi.com.br



Caros leitores.

Ao iniciarmos o ciclo editorial de 2006, reafirmamos nossa disposição em proporcionar-lhes uma leitura agradável, ágil e rica em conhecimentos acerca do trabalho desenvolvido pelos integrantes da Força Terrestre, assim como em artigos doutrinários e informativos. Desejamos, ainda, que a Revista Verde-Oliva seja um real instrumento de projeção dessa Força e vetor do fortalecimento de seu espírito de corpo.

Esta edição torna-se especial ao noticiar um marco na história do segmento feminino da Força Terrestre. Trata-se da brevetação das duas primeiras pára-quedistas de nosso Exército. Não deixe de ler a matéria de capa da revista e conhecer as militares brasileiras que conquistaram o direito de usar a boina grená.

Chamamos a atenção de nossos leitores para a entrevista do Comandante de Operações Terrestres, que fala sobre o Projeto Excelência Operacional da Força (PEO). Prosseguindo, o artigo "Operacionalidade da Força Terrestre" apresenta as atuais iniciativas, tanto no campo do preparo como no do emprego, na busca de um Exército mais eficaz e eficiente. Assim, o leitor travará contato com a reestruturação da Força Terrestre, a destinação específica de cada Brigada, a constituição das Forças de Ação Rápida, Estratégicas e Regionais, e as doutrinas de emprego preconizadas. Também são apresentados a reformulação dos Programas-Padrão (PP), a confecção dos Cadernos de Instrução (CI) e o novo Sistema de Avaliação Operacional (SISTAVOP).

A carreira militar está contemplada em nossas páginas ao apresentar suas peculiaridades, o crescimento profissional e pessoal dos nossos integrantes e a valorização da dedicação e da postura ética exigida pela atividade militar.

No campo internacional, distinguimos dois assuntos. O primeiro enfoca a participação da Força Terrestre nas missões de Força de Paz, desde os anos 40, nos Balcãs, até nossos dias. O outro apresenta os ensinamentos colhidos e os ganhos institucionais com os intercâmbios realizados em 2005.

É com grande orgulho e alegria que divulgamos os resultados alcançados pelos Colégios Militares no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). De Norte a Sul, Leste a Oeste, nossos Colégios Militares se classificaram entre os melhores estabelecimentos públicos de ensino, fato que comprova a seriedade e a excelência educacional de nosso sistema de ensino.

A revista aborda, também, assuntos administrativos e logísticos. São de real interesse os artigos sobre a estrutura organizacional do Exército – que se vem modificando intensamente, procurando adequar-se aos desafios atuais –, o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) – instrumento essencial no planejamento de curto, médio e longo prazos de nossa Instituição – e a logística da Força Terrestre.

Quanto mais uma sociedade se fundamenta nos princípios democráticos, mais necessita de um exército que reflita o mosaico social existente, situação alcançada por um processo de recrutamento obrigatório que divide a responsabilidade de defesa por todos, independentemente de origem social. Valorizando essa premissa, o Serviço Militar e seu patrono, **Olavo Bilac**, são contemplados nos artigos: "Serviço Militar: Escola de Civismo" e "Personagem de Nossa História".

Finalmente, agradecemos àqueles que têm participado do "Espaço do Leitor" e esperamos crescentes contribuições. Essa participação recompensa nosso empenho e revigora nosso entusiasmo. Obrigado, boa leitura e até a próxima edição.


Gen Div ANTÔNIO GABRIEL ESPER
Chefe do CCOMSEX



NOSSA CAPA

2º Ten Dent Ivi Costa Rocha dos Santos e
2º Ten Dent Paula Raquel da Silva Bittencourt,
primeiras pára-quedistas do Exército Brasileiro.

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEX)

- Chefe do CCOMSEX:
Gen Div Antônio Gabriel Esper
- Subchefe do CCOMSEX:
Cel Art José Júlio Dias Barreto
- Chefe de Produção e Divulgação:
Cel Inf Claudinei Roncolato

CONSELHO EDITORIAL

Cel Inf Claudinei Roncolato, Cel Cav Luiz Felipe Kraemer Carbonell,
Cel Art Antonio Carlos Machado Faillace, Cel Inf R/1 Adhemar Sprenger
Ribas, Ten Cel Cav Walter Gomes da Silva Junior, Ten Cel Cav
Neuzivaldo dos Anjos Ferreira e SC Elane Augusta de Freitas Cajazeira.

SUPERVISÃO TÉCNICA

Cel Inf R/1 Adhemar Sprenger Ribas

REDAÇÃO

Ten Cel Art Afonso Henrique Ignácio Pedrosa,
Ten Cel QMB Luciano José Penna
1º Ten QCO Regina Célia de Souza Lemos Barros

PROJETO GRÁFICO

1º Ten QAO Osmar Leão Rodrigues
1º Ten QAO Topo Carlos Alberto Ramos de Moraes
1º Ten OTT Fernanda Galupo Magalhães
SC Margonete Nazide Nogueira

COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército

IMPRESSÃO

EXCELÊNCIA GRÁFICA LTDA
Av. Fernando Vilela, 239 • Uberlândia-MG
Fones: (34) 3239-5618 • (61) 3343-0521
elografica@uol.com.br

TIRAGEM

30.000 exemplares • Circulação dirigida (no País e no exterior)

FOTOGRAFIAS

Arquivo CCOMSEX

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria José dos Santos Oliveira – RP/DF/MS 3199

PERIODICIDADE

Trimestral

É permitida a reprodução de artigos, desde que citada a fonte.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel-General do Exército – Bloco B – Térreo
70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415-4399 • Fax: (61) 3415-5263
www.exercito.gov.br • webmaster@exercito.gov.br



SUMÁRIO

7

VERDE-OLIVA ENTREVISTA:
COMANDANTE DO COTER

11

OPERACIONALIDADE
DA FORÇA TERRESTRE

18

EXÉRCITO BRASILEIRO
PRESERVANDO A PAZ

22

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO EXÉRCITO

32

CAEX – TECNOLOGIA DE PONTA
DESENVOLVIDA NO EXÉRCITO

34

A LOGÍSTICA NO
EXÉRCITO BRASILEIRO

44

A MULHER VERDE-OLIVA NO
CÉU DO BRASIL

46

ENGENHARIA
DE CONSTRUÇÃO



7



11



15



16



32



34



38



42



15

COLÉGIOS MILITARES

16

OPERAÇÕES COMBINADAS

29

ESCOLA PREPARATÓRIA
DE CADETES DO EXÉRCITO

30

SISTEMA DE PLANEJAMENTO
DO EXÉRCITO – SIPLEX

38

INTERCÂMBIOS
INTERNACIONAIS

42

A CARREIRA MILITAR:
CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO

48

SERVIÇO MILITAR
ESCOLA DE CIVISMO

50

PERSONAGEM DA NOSSA
HISTÓRIA: OLAVO BILAC



18



22



29



30



44



46



48



50



“Excelente a edição da Revista **Verde-Oliva** do último trimestre de 2005, com a história da atuação da FAIBRAS na República Dominicana em 1965. Foram fatos que testemunhei como repórter cinematográfico para TVs e cinema, convivendo com a tropa do “REI” e do Batalhão Riachuelo (FN), enquanto outros repórteres se hospedavam no Hotel El Embajador, credenciado que fui pelo General **Reynaldo Mello Almeida**, comandante (sic) do EMFA. Visitem o REI na Vila Militar do Rio de Janeiro, quando a antiga tropa se reunir, e terão a oportunidade de conhecer todas as emoções por que passaram os componentes da FAIBRAS. Congratulações aos autores”.

Salvador Borrielo – Rio de Janeiro-RJ

“De posse da Revista **Verde-Oliva**, a de nº 185, que a gentileza de V. Exa. nos faz chegar às mãos, desnecessário é dizer-se da alta qualidade de impressão da publicação, e, principalmente, da importância do seu conteúdo, porque são matérias que educam e aperfeiçoam o saber, despertam e fortalecem nosso sentimento de brasilidade, a exemplo da entrevista do Marechal **Waldemar Levy Cardoso**. Queira acolher as nossas manifestações de apreço e de consideração”.

*Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra-ADESG
Delegacia no Estado do Pará – Belém-PA*

“Ontem recebi a edição 186 da Revista **Verde-Oliva** que, como sempre, está primorosa. A fotografia da Ten **Camila**, com a criança carinhosamente amparada, não poderia ilustrar melhor o conceito de “mão amiga”. Parabéns ao Sgt **Kerkhoven**. E o conteúdo da revista não desmerece a capa. Parabéns à equipe. Sou mais um dos muitos ex-integrantes da Força Terrestre e, decorridos quase 30 anos do meu licenciamento, ainda me sinto afetivamente ligado ao Exército Brasileiro, pela importância da Instituição, pelo valor que dou à minha passagem pelo ofício das armas e pelas preciosas amizades estabelecidas no quartel, que duram no tempo. A **VO** é excelente meio para que todos, militares e civis, tenham uma visão mais ampla do EB e da grandiosidade de sua missão, cumprida sem alarde.

Como colecionador de distintivos de bolso das OM do Exército, tenho na revista uma ferramenta valiosíssima. Aos distintivos procuro juntar informações relativas às OM, como origem e denominação histórica, e a **VO** é importante fonte de consulta. Por todos esses motivos venho pedir o favor de enviar-me a edição 185 da Revista **Verde-Oliva**, que não recebi na época oportuna. Muito obrigado”.

Reinaldo Costa Moura – Campinas-SP

“De ordem do Magnífico Reitor da Universidade de Pernambuco, UPE, Prof. **Emanuel Dias**, agradecemos-lhes o envio da Revista **Verde-Oliva** nº 185/2005, parabenizamos pelo excelente trabalho, como também pela forma de abordagem dos assuntos”.

Luciana Pereira – Chefe de Gabinete – Recife-PE

“Sou apaixonado pelas Forças Armadas, em especial pelo Exército. Esta semana tive a oportunidade de ler a Revista **Verde-Oliva** nº 185. Gostaria de parabenizar toda a equipe responsável por essa maravilhosa publicação. Muito bem ilustrada, com textos compreensíveis e de fácil assimilação, que resgata a memória de grandes militares que dedicaram suas vidas por este País. As matérias abordadas são ótimas, mas quero destacar aqui, a intitulada “Força Expedicionária Brasileira – 60 anos – Final”. Sem exagero algum, digo que o conhecimento que adquiri sobre o assunto nas salas de aula, não é a metade do que a revista me mostrou”.

Hedimilço Ferreira – Cristais-MG

“Temos recebido a Revista **Verde-Oliva** e sempre admiramos todas as reportagens, principalmente as que tratam da atuação da Força Expedicionária Brasileira, que preservamos e procuramos dar conhecimento aos Soldados do 6º BIL e dos Estabelecimentos de Ensino de Caçapava, juntamente com Oficiais do Batalhão (...). Sendo só o que se apresenta no momento, aceitem pois as nossas saudações Expedicionárias”.

Cap Enéas Sá de Araujo – Caçapava-SP

“Gostaria de ser assinante da Revista **Verde-oliva** (Exército Brasileiro), pois gostei muito das matérias que li na edição de nº 186. Se antes eu admirava as Forças Armadas, agora ainda mais, pois sempre rezei por vocês, os que estão aqui no Brasil, e mais ainda pelos que estão em Missão de Paz em outros países; para mim vocês sempre serão uns “Anjos Guerreiros”, a serviço do bem e da paz”.

Gisélia Barbosa da Silva – Rio Tinto-PB

“Recebemos, dias atrás, mais uma edição (186) da prestigiosa Revista **Verde-Oliva**. É a segunda remessa com que somos presenteados. Muito Obrigado. Sob o ponto de vista de trabalho gráfico, é um primor. Quanto ao conteúdo, tem a virtude de bem informar em linguagem correta, moderna e sintética, que estimula em vez de cansar. As fotografias são preciosas. Na edição nº 185, página 16, na fotografia do “Desembarque do primeiro escalão da FEB, no porto de Nápoles”, identifiquei o então Tenente **Thomaz Iwersen**, o primeiro febian a pisar no solo da Itália. **Thomaz**, na reserva, presidiu proveitosamente, por muitos anos, até sua morte, a Legião Paranaense do Expedicionário, entidade que possui um dos melhores acervos da FEB na II Guerra Mundial. Que Deus abençoe e prolongue por anos sem fim este belo trabalho do nosso glorioso Exército. Com um abraço fraterno”.

*Raimundo Nonato de Castro – 1º Ten Inf FEB
Presidente da Ass. Ex-Combatentes do Brasil – Pará*

Caro leitor

*A Equipe da Revista Verde-Oliva
agradece as palavras de incentivo.*

*A nossa Revista é feita para você, leitor.
Continue apresentando suas sugestões e
opiniões...*



VERDE-OLIVA

ENTREVISTA

General-de-Exército Roberto Jugurtha Camara Senna Comandante de Operações Terrestres

VO – General, qual é a missão do COTER?

Gen Camara Senna – Ao Comando de Operações Terrestres (COTER) cabe a responsabilidade de orientar, no nível estratégico-operacional, o emprego da Força Terrestre (F Ter), bem como de coordenar o seu preparo, permitindo ao Exército o cumprimento de todas as missões que lhe sejam atribuídas. É, portanto, o órgão central do Sistema Operacional da F Ter.

É, também, de responsabilidade do COTER, coordenar a realização de ações subsidiárias de apoio ao desenvolvimento nacional em calamidades e a participação em operações internacionais.

Como podem perceber, o COTER busca a continuada melhoria da capacitação operacional da Força Terrestre, enfatizando o adestramento.

Para tanto, dentro da filosofia do Programa Excelência Gerencial do Exército Brasileiro (PEG-EB), foi desenvolvido, em 2005, o Projeto Excelência Operacional (PEO)-2007, que contempla várias metas de melhorias e inovações, com vistas a essa maior operacionalidade da Força Terrestre.



O General **Camara Senna** foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia, em 20 de dezembro de 1962, na Academia Militar das Agulhas Negras. Foi promovido ao posto de General-de-Brigada em 31 de março de 1994 e a General-de-Exército, em 31 de julho de 2002. Ocupa o atual cargo desde 15 de abril de 2005.



VO – O Senhor pode dar mais detalhes sobre o Projeto Excelência Operacional do COTER?

Gen Camara Senna – O Projeto Excelência Operacional-2007 é, na verdade, um macroprojeto, concebido como um instrumento de orientação do preparo operacional da Força Terrestre. É um projeto que tem como escopo a elevação do nível de capacitação operacional

da F Ter, em especial de um núcleo de forças prioritárias selecionadas, possibilitando-as atuar, com rapidez e eficácia, no cumprimento das missões previstas nos planos de emprego decorrentes das hipóteses de emprego prioritárias.

Para uma perfeita compreensão do Projeto por parte de todos os setores da Força e maior facilidade de execução e controle, as ações previstas foram agrupadas em três projetos assim definidos:

- Capacitação Operacional da F Ter;
- Comando e Controle da F Ter; e
- Simulação de Combate.

Tanto o detalhamento de cada projeto e as ações correspondentes, como o andamento de cada ação, podem ser conhecidos no endereço eletrônico do COTER (www.coter.eb.mil.br).

VO – General, quais as razões que levaram o COTER a elaborar o Projeto Excelência Operacional?

Gen Camara Senna – Sem dúvida, como já abordei anteriormente, o projeto tem como escopo alavancar a capacitação operacional da F Ter, em consonância com a Diretriz de nosso Comandante, onde estão consubstanciadas uma série de orientações para a atuação dos Órgãos de Direção Setorial assim como a implantação do Programa Excelência Gerencial (PEG) no Exército.

As ações que vinham sendo desenvolvidas, aliás, muito bem conduzidas pelos meus antecessores, careciam de uma nova roupagem que lhes assegurasse maior eficácia no quadro de dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo Exército e, principalmente, que garantisse a convergência do esforço de todos os integrantes da F Ter.

Foi então, no bojo do PEG, que encontramos a formatação que possibilitasse o atendimento de tais requisitos – o Projeto Excelência Operacional-2007 –, que completou seu primeiro ano com um grande elenco de realizações, como pode ser visto no documento recentemente elaborado pelo COTER e distribuído a todos os escalões do Exército.

VO – Quais as principais realizações do Projeto Excelência Operacional alcançadas no ano de 2005?

Gen Camara Senna – No projeto de Capacitação Operacional da F Ter, devem ser citadas como destaque: a elaboração do processo de planejamento estratégico da F Ter, que explicita uma metodologia simples e objetiva para a realização do planejamento de emprego da Força e altamente importante para a realimentação do Sistema de Planejamento do Exército e do Plano de Estruturação do Exército; a implantação do Sistema de Avaliação da Operacionalidade (SISTAVOP) das Organizações Militares (OM) operacionais do Exército, que permitiu ao Comando do Exército ter, já nesse primeiro ano, uma visão clara da situação de todas as OM operacionais da Força no aspecto adestramento, permitindo também ao COTER assessorar o Comandante do Exército quanto às necessidades mais prementes da Força; a elaboração de novos Programas-Padrão e cadernos de instrução, compatibilizando a instrução do pessoal com as modernas doutrinas de emprego da força

militar adotadas pelo Exército Brasileiro; a aplicação efetiva de recursos na melhoria dos Centros de Instrução existentes e apoio à implantação de novos centros recém-criados; e a criação da Força de Contingência (FOCON) em cada Comando Militar de Área (C Mil A), uma força apta ao emprego imediato em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em qualquer época do ano e em qualquer ambiente operacional.

Ainda como realizações importantes do PEO em 2005, citamos: a conclusão da experimentação doutrinária do “programa C2 em combate”, o início da sua implantação em todo o Exército em 2006 no projeto de Comando e Controle da F Ter, e, ainda, a conclusão dos *softwares* de simulação do Sistema de Adestramento de Batalhões e Regimentos do EB (SABRE) e Sistema Tático de Brigada (SISTAB), com excelentes resultados na sua aplicação, dentro do projeto de Simulação do Combate.

VO – Pelo que o Senhor nos mostra, o Projeto Excelência Operacional vem sendo desenvolvido com grande êxito. A quem o Senhor atribui esse sucesso?

Gen Camara Senna –

Em primeiro lugar, cito o irrestrito apoio que o projeto recebeu do Comandante do Exército e de todo o Alto Comando, que se mostraram sensibilizados com os aspectos apresentados, e, principalmente, estão comprometidos e participando das ações propostas.

Depois, a maciça divulgação dada

ao projeto, quando novamente destacamos a participação dos Cmt Mil A, que não mediram esforços para que as ações frutificassem em seus Comandos.

Também não posso deixar de citar a alta motivação e liderança dos Comandantes em todos os escalões, a alta qualificação profissional e o elevado moral da tropa, e o suficiente aporte de recursos financeiros para o custeio das ações decorrentes do Projeto.

VO – General Camara Senna, quais as metas estabelecidas no Projeto para 2006?

Gen Camara Senna – Após o término do primeiro ano de vigência do PEO, nós o reavaliamos e estabelecemos que, além da manutenção de todas as ações já alcançadas e do prosseguimento de outras que não foram concluídas no ano passado, teremos, no corrente ano, como metas principais, as seguintes:



implantação da segunda fase do SISTAVOP, contemplando a avaliação da operacionalidade de todas as OM do Exército; atualização dos demais programas-padrão de qualificação (PPQ) e programas de adestramento (PAB), com base nas atuais organizações das OM e na Doutrina Delta; continuação do apoio à implantação dos Centros de Instrução recém-criados; e realização de exercícios anuais com a FOCON em cada C Mil, todas no projeto Capacitação Operacional da F Ter.

No projeto Comando e Controle da F Ter, destacamos como metas principais a implantação do "programa C2 em combate", no âmbito da F Ter, e a realização de exercícios específicos de comando e controle envolvendo o COTER e os C Mil A.

Quanto ao projeto Simulação de Combate, ressaltamos as seguintes metas: conclusão da implantação dos Centros de Aplicação e Simulação do Combate (CAESC) no Comando Militar da Amazônia (CMA) e no Comando Militar do Oeste (CMO); aprimoramento do SISTAB, incorporando novas funcionalidades e melhor performance com o intuito de atender ao escalão Divisão de Exército (DE) e o início do desenvolvimento de um novo programa de simulação que atenda a todos os escalões da F Ter.

Finalmente, é bom lembrar que foram citadas apenas algumas realizações e metas estabelecidas no PEO. Para o completo conhecimento destas, o COTER elaborou o documento Projeto Excelência Operacional 2007 - edição 2006, que foi distribuído a todos os escalões de Comando do Exército, que atualiza e complementa a edição 2005, distribuída no lançamento do projeto. Uma leitura atenta a esses documentos dará a todos a exata dimensão do projeto e, principalmente, permitirá o cumprimento daquele requisito citado no início desta conversa – a convergência de todos os integrantes da Força para a consecução das metas de capacitação operacional desejada para a Força Terrestre.

VO – General, o Senhor falou, entre as ações em curso no Projeto Excelência Operacional, no SISTAVOP. Afinal, como esse sistema contribuirá para a melhoria da capacitação operacional da F Ter?

Gen Camara Senna – O SISTAVOP estabelece um programa mínimo de atividades relativas à instrução e ao adestramento das OM do Exército para que possam estar preparadas para o emprego em suas missões constitucionais.

Em 2005, o COTER, por meio deste excelente instrumento de medida e acompanhamento, obteve o nível de operacionalidade (pessoal + material + adestramento) de suas OM vinculadas e o nível de adestramento das demais OM da Força. Assim, ao oferecer uma verdadeira “radiografia” da situação das diversas Unidades do Exército, o SISTAVOP permite a identificação de oportunidades de melhoria na capacitação operacional da F Ter e, por conseguinte, a intervenção oportuna dos diversos escalões de comando na solução dos problemas encontrados.

Para 2006, uma das metas é termos a medição do nível de operacionalidade de todas as OM Operacionais e do nível de adestramento das Brigadas, tudo isto de forma *on-line*, o que nos permitirá, em tempo real, monitorar a evolução do programa.

VO – Quais os principais exercícios previstos para 2006?

Gen Camara Senna – Teremos a realização dos exercícios de operações combinadas, conduzidos pelo Ministério da Defesa (MD), com destaque para:

- Operação PAMPA, na área do Comando Militar do Sul (CMS), explorando um quadro de conflito convencional;
- Operação TIMBÓ, na área do CMA, onde a tropa adentra-se em ações na faixa de fronteira;
- Operação JAURU, na área do CMO, também voltado para o adestramento em ações contra delitos transfronteiriços; e
- Operação TUCUNARÉ, que será um exercício sucessor da Operação AJURICABA, oportunidade em que a tropa poderá preparar-se para conflitos em áreas de selva enfrentando forças convencionais e forças irregulares.

Além desses, destaco os exercícios singulares a serem realizados nos seguintes C Mil A:

- Operação MEMBECA, na área do Comando Militar do Leste (CML);
- Operação AGULHAS NEGRAS, na área do Comando Militar do Sudeste (CMSE);
- Operação FARROUPILHA, na área do CMS.

Considero, ainda, de grande importância, os exercícios de Operação GLO, a serem realizados pelas FOCON de todos os C Mil A.



VO – General, como está sendo preparado o próximo contingente que seguirá para o Haiti?

Gen Camara Senna – Os contingentes brasileiros que passaram pelo Haiti já deram ao Brasil uma posição de destaque no contexto das Forças Internacionais de Paz.

Isso tem sido fruto de uma criteriosa preparação conduzida pelo Exército, tal como está acontecendo agora com o contingente do Comando Militar do Nordeste (CMNE), que está se preparando para substituir o atual Batalhão Haiti, da 12ª Bda Inf L.

Sua preparação segue um calendário estabelecido pelo COTER, e teve início em janeiro do corrente ano, sob controle da 10ª Bda Inf Mtz.

As instruções seguem o *Standart Generic Training Module* (SGTM) da ONU, acrescido de outros módulos de interesse da F Ter.

A tropa selecionada tem-se portado de forma excelente, mostrando que a preparação tem sido muito boa, e também o acerto na escolha do pessoal.

Esse contingente se deslocará para o Haiti no final do mês de maio próximo, seguindo um cronograma de embarque que está sendo ultimado pelo COTER.

General Camara Senna, a Revista Verde-Oliva abre espaço para suas palavras finais.

Nessa oportunidade em que está chegando o momento de passar o comando do COTER, quero agradecer a todos aqueles que me apoiaram no período em que exerci esta função.



A implantação do Projeto Excelência Operacional só foi possível porque tive, no COTER, uma excepcional equipe de trabalho, constituída por profissionais altamente capacitados e dedicados, e que “vestiram a camisa” do Projeto Excelência Operacional-2007.

Tive a sorte de contar com Oficiais do Alto Comando do Exército, que muito me ajudaram e atenderam as minhas solicitações visando à melhoria da operacionalidade da F Ter.

Em todos os C Mil A, contamos com uma tropa motivada, que entendeu a importância do preparo e do emprego da F Ter como atividade-fim do Exército Brasileiro. —

Obrigado, General. A Equipe da Revista Verde-Oliva agradece a oportunidade e deseja a VExª sucesso em futuras missões.



IBÉRIA - Espadas Militares



Espadas Militares - Espadas Marciais - Espadas Esotéricas - Espadas Medievais
Armaduras - Escudos com Brasões - Canhões - Miniaturas em Geral
* Fazemos Reforma em Espadas e Espadins

Depto. de Vendas : Rua Campos Melo, nº 445 - Bairro Macuco - Santos - SP
Tel./Fax: (13) 3232-9236 CEP: 11015-013

Site: www.iberiaespadas.com.br E-mail: espadas@terra.com.br

A OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE



As modificações registradas no pensamento e nos materiais militares a partir da Segunda Guerra Mundial e, particularmente, após os conflitos bélicos mais recentes – a Guerra das Malvinas e as Guerras no Afeganistão e no Golfo Pérsico – impuseram às forças armadas dos países mais desenvolvidos mudanças profundas nas concepções doutrinárias até então em vigor.

O avanço tecnológico registrado nos últimos cinquenta anos tem proporcionado aumento considerável na eficácia e na letalidade dos armamentos e munições, além de possibilitar a ampla exploração do espectro eletromagnético. As aeronaves de combate e de transporte, bem como os helicópteros, carros de combate e meios navais, passaram a ser dotados de sistemas eletrônicos, de armas e de comunicações que aumentaram a complexidade dos conflitos.

Paralelamente, recrudesceram as ameaças à estabilidade social, à lei e à ordem representadas pelos crimes transnacionais, pelo narcotráfico, pelo contrabando e pela ação do crime organizado e do terrorismo.

O quadro apresentado impôs a adoção de novas técnicas e táticas de combate, além de indicar a necessidade de reestruturação na organização básica dos exércitos, aspectos vitais para, em combate, permitir a conquista e a manutenção da iniciativa, a rapidez na condução das operações e a exploração dos pontos vulneráveis do oponente.

As mudanças indicadas nas forças armadas,

entretanto, não caminharam dissociadas da necessidade de flexibilização do pensamento militar de seus integrantes. Novos métodos de estudos de situação e processos de tomada de decisão mais rápidos foram desenvolvidos. Essa evolução passou a exigir dos chefes militares, em todos os níveis, um grau de liderança e de iniciativa crescentes, tornando-os menos dependentes das ligações com os escalões superiores sem, no entanto, romper-se a cadeia de comando que permite a perfeita sincronização das ações no campo de batalha.

Consideradas essas novas necessidades impostas pelo combate moderno, a situação atual do Exército Brasileiro e as Hipóteses de Conflito (HC) consideradas como mais lógicas e viáveis para o emprego da Força Terrestre, identificou-se a necessidade de reformulação das doutrinas de combate em vigor. Foi estabelecida uma destinação específica para cada Brigada e foram reformuladas as doutrinas de emprego preconizadas para os distintos ambientes operacionais do território nacional, além de serem processadas substanciais modificações na estrutura da Força.

Entre as modificações doutrinárias adotadas, merece destaque especial a adoção da Doutrina Delta. Concebida com base nos preceitos do combate moderno convencional, pode ser empregada no quadro de um conflito limitado em Área Operacional do Continente (AOC), excluída a área estratégica da Amazônia. Caracteriza-se pelo combate ofensivo e de grande ímpeto, não linear e continuado. Emprega as operações

noturnas e os ataques de oportunidade, as manobras desbordantes e envolventes e, em especial, as infiltrações, priorizando os princípios do Objetivo, da Manobra, da Massa, da Surpresa e da Unidade de Comando. Tem por objetivo, entre outros, o isolamento do campo de batalha em seu aspecto multidimensional, o que implica uma perfeita sincronização das ações para a total destruição do inimigo.

As concepções doutrinárias estabelecidas para o combate na Região Amazônica, por sua vez, têm-se mostrado lógicas e factíveis, além de adequadas às particularidades daquele ambiente operacional. As experimentações levadas a efeito na área, que envolvem aspectos críticos de pessoal, material e, principalmente, logística, têm validado os conceitos norteadores da Doutrina Gama em todas as suas variantes.

A Doutrina Alfa, concebida para orientar o emprego da Força Terrestre nas ações de Garantia da Lei e da Ordem, mostra-se, de igual maneira, acertada e eficaz. Essa doutrina tem sido comprovada e validada por meio do emprego real do Exército em operações dessa natureza, em resposta adequada às necessidades apresentadas pela sociedade.

A consolidação das doutrinas, intimamente vinculada à capacidade das tropas em executá-las conforme sua concepção, tornou necessária a reestruturação da Força Terrestre. A manutenção de elementos de combate aptos a atuar em qualquer parte do território nacional, em prazos extremamente curtos, para o cumprimento dos mais variados tipos de missão foi priorizada. Para tanto, algumas Brigadas e Unidades foram selecionadas para integrar as Forças de Ação Rápida de emprego estratégico (FAR Estrt). Posteriormente, verificou-se a necessidade da manutenção de Forças de Ação Rápida (FAR) regionais para atender a necessidades mais localizadas, cuja complexidade não imponha o emprego de efetivos maiores e mais especializados.

Atualmente, integram as FAR Estrt as seguintes tropas:

- o Comando de Aviação do Exército (Taubaté-SP), tropa que confere alcance estratégico às operações

em razão dos meios aéreos de que dispõe;

- a 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) (Caçapava-SP), dotada de equipamentos e armamentos modernos, leves e altamente eficientes, é vocacionada para a realização de operações aeromóveis;

- a Brigada de Infantaria Pára-quedista (Rio de Janeiro-RJ), cujo alcance estratégico está vinculado à mobilidade proporcionada pelas aeronaves da FAB e à versatilidade do assalto aeroterrestre;

- a Brigada de Operações Especiais (Goiânia-GO), recentemente criada, dotada de meios versáteis, eficientes e eficazes, assegura à Força Terrestre pronta-resposta às crises e (ou) conflitos caracterizados por cenários estratégicos de conformação difusa em ambientes operacionais de natureza diversificada e grande sensibilidade política;

- a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Rio de Janeiro-RJ), que tem, entre outros encargos comuns às demais brigadas do Exército, a missão de adestrar-se para ser empregada como Força de Paz, em atendimento aos compromissos internacionais firmados pelo País;

- as 3ª e 10ª Brigadas de Infantaria Motorizada, localizadas, respectivamente, em Cristalina-GO e Recife-PE, reservas estratégicas das FAR, adestradas e preparadas para atuar em qualquer parte do território nacional, podem ser transportadas por diferentes meios e operar materiais diversificados;

- a 1ª Companhia de Guerra Eletrônica (Brasília-DF), cujo material moderno e pessoal altamente especializado configuram o vetor tático que garante o domínio do espectro eletromagnético no campo de batalha;

- a Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear (Rio de Janeiro-RJ), que além de assessorar os altos escalões da Força Terrestre no planejamento de defesa Química, Biológica e Nuclear (QBN) e executar missões específicas com o emprego de agentes QBN, cumpre papel relevante nos planos de emergência das usinas nucleares brasileiras.

Como FAR regionais, foram selecionadas e são mantidas adestradas, em cada Comando Militar de Área (C Mil A) – exceto no Comando Militar do Leste –, uma ou mais unidades de combate. Essas unidades





conferem capacidade de pronta-resposta às necessidades de emprego da Força em ambientes restritos e em operações que não exijam o emprego das FAR Estrt. Para isso, tiveram sua estrutura ampliada e recebem a mais alta prioridade em pessoal, material e adestramento, dentro dos respectivos C Mil A.

Destaca-se, ainda, a preparação e, em especial, o adestramento conduzidos nas Organizações Militares (OM) de emprego peculiar, vocacionadas para atuar em ambientes operacionais específicos ou que concentrem material único: o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (São João Del Rei-MG); o 17º Batalhão de Fronteira (Corumbá-MS), especializado em operações no pantanal; o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (Petrolina-PE), especializado em operações na caatinga; e o 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes (Formosa-GO), que abriga o Centro de Instrução de Foguetes.

A crescente necessidade de emprego dos efetivos do Exército Brasileiro em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ensejou a criação de forças valor brigada chamadas Forças de Contingência (FOCON). Integradas por subunidades oriundas das diversas OM operacionais de cada C Mil A, têm, ainda, em sua composição, subunidades de Engenharia, de Comunicações, Logística, e frações de Inteligência, Operações Especiais, Operações Psicológicas, Comunicação Social e Assessoria Jurídica. Em seu adestramento, realizam exercícios específicos concebidos em um quadro que impõe a condução de operações de GLO.

Também merece destaque a preparação das tropas vocacionadas para operações de paz e dos militares selecionados para o desempenho de funções de observadores ou de assessores da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de outros organismos internacionais. Atualmente, o encargo dessa preparação é de responsabilidade do Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB) (Brasília-DF), o qual, além de conduzir os estágios necessários à formação individual, orienta e coordena a preparação das tropas selecionadas para

tais missões. Conduz, ainda, a avaliação periódica e o acompanhamento das atividades desenvolvidas.

O emprego da Força Terrestre não poderia ser eficiente se não contasse com o respaldo de uma preparação metodicamente concebida e executada. Assim, especial atenção tem sido conferida aos centros de instrução do Exército Brasileiro. Identificadas as necessidades específicas, além das que já haviam ensinado, em outras épocas, a criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Manaus-AM), do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (Rio de Janeiro-RJ), do Centro Integrado de Guerra Eletrônica (Brasília-DF), do Centro de Instrução de Blindados (Santa Maria-RS) e do Centro de Avaliação de Adestramento do Exército (Rio de Janeiro-RJ), foram criados o Centro de Instrução de Operações Especiais (Rio de Janeiro-RJ), o Centro de Instrução de Operações de Paz (Rio de Janeiro-RJ), o Centro de Instrução de Operações de GLO (Campinas-SP), o Centro de Instrução de Foguetes (Formosa-GO) e o Centro de Instrução de Operações na Caatinga (Petrolina-PE).

Reformularam-se e modernizaram-se os instrumentos de preparo da Força. Os diversos Programas-Padrão (PP), que orientam a formação dos indivíduos e dos agrupamentos, vêm sendo constantemente atualizados para adequar-se às características do combate moderno. No corrente ano, foram editadas novas versões do Programa-Padrão da Formação Básica do Combatente (PPB/2), e do PPQ/1 – Formação do Cabo e do Soldado – Instrução Comum. As sessões neles previstas foram dinamizadas de forma a sistematizar e aprimorar, prioritariamente, a execução das técnicas e das táticas individuais. De igual maneira, ao longo do ano serão processadas alterações nos diversos PP das séries QUEBEC (Instrução de Qualificação) e ALFA (Adestramento), sempre com vistas à eficácia da preparação da Força para permitir seu emprego de forma eficiente.

Ainda no tocante ao preparo, estão sendo disponibilizados diversos Cadernos de Instrução (CI) às OM. Esses documentos são instrumentos valiosos para a

transmissão de conhecimentos e experiências e complementam os ensinamentos doutrinários contidos nos diversos manuais de campanha, também alvos de constantes revisões e atualizações.

Todos os ensinamentos consubstanciados nas referidas publicações têm sido objeto de treinamento por parte da Força Terrestre mediante a realização de exercícios simulados ou com a participação de tropa no terreno. Nos últimos anos, vem sendo atribuída atenção especial aos exercícios de simulação de combate, apoiados ou não em meios de informática, em todos os níveis, de forma a proporcionar o adestramento adequado aos quadros do Efetivo Profissional, a baixo custo e com o máximo de rendimento. O Exército Brasileiro já dispõe de softwares nacionais, desenvolvidos pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), os quais contemplam operações envolvendo tropas simuladas valor Batalhão (SABRE) e Brigada (SISTAB). Encontra-se em desenvolvimento um programa para atender ao escalão Divisão de Exército.

Além do adestramento apoiado em simuladores, a realização de exercícios com tropa no terreno vem se intensificando a cada ano. Isso permite aos diversos comandos uma avaliação imediata e real do preparo de suas OM subordinadas e a conseqüente correção de rumos. Para permitir a difusão nacional dos ensinamentos colhidos nessas oportunidades, criou-se e mantém-se constantemente atualizado o Sistema de Lições Aprendidas (SISLA), gerenciado pelo COTER e de fácil acesso a qualquer integrante da Força.

Especial atenção tem sido dada à realização de operações combinadas – exercícios de adestramento que envolvem a Marinha, o Exército e a Força Aérea sob a coordenação do Ministério da Defesa. Tais exercícios, além de proporcionarem mais uma oportunidade de adestramento no âmbito de cada Força Armada, permitem a interação e o compartilhamento de conhecimentos e experiências, além de sincronizar ações, normatizar procedimentos e viabilizar a interoperabilidade das Forças, multiplicando o Poder Militar nacional.

Ressalta-se, ainda, o planejamento e a realização de exercícios específicos de adestramento da 11ª Brigada

de Infantaria Leve (GLO) e das FOCON, tropas especialmente vocacionadas para o emprego em operações de GLO – missão atribuída e respaldada pela Constituição Federal, pela Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, e pelo Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001.

Complementarmente, porém revestidos de igual importância, são realizados Exercícios de Mobilização e de Defesa Territorial (EDT) precedidos de uma mobilização de pessoal – convocação de oficiais, graduados e soldados da reserva mobilizável. Esses exercícios, além de oferecerem oportunidade de reciclagem de conhecimentos para pessoal da reserva, mantendo-os constantemente aptos a serem empregados, conferem ao Sistema de Mobilização Nacional oportunidade única para validar os métodos, os processos e as ações preconizadas para a execução da mobilização de pessoal.

Por fim, há que se realizar um controle eficaz e uma avaliação constante dos níveis de operacionalidade das tropas. Operacionalidade deve ser entendida como a capacidade que uma OM ou uma Grande Unidade adquirem para atuar como um todo integrado, a fim de cumprir as missões previstas em sua base doutrinária e inerentes à sua natureza e escalão, para as quais foram organizadas, dotadas de pessoal, instruídas, adestradas e equipadas. Para tal, foi concebido o Sistema de Avaliação Operacional (SISTAVOP), o qual, além de avaliar a preparação das OM por meio da realização das tarefas previstas para o ano de instrução (exercícios, tiro, testes de aptidão física, marchas), traça uma radiografia das OM no tocante a material e pessoal.

Analisados as planilhas do SISTAVOP recentemente remetidas pelas OM e avaliadas e consolidadas pelo COTER, bem como considerados os resultados de todas as avaliações presenciais conduzidas pelos diversos escalões de comando, é possível constatar que as metas traçadas pelo Comando da Força Terrestre vêm sendo, progressivamente, alcançadas. O adequado preparo das tropas reflete-se na maneira eficiente e eficaz quando de seu emprego e assegura o cumprimento das missões constitucionais confiadas pela sociedade ao Exército Brasileiro. —





Entre AS MELHORES ESCOLAS PÚBLICAS do ENEM



O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) tem como encargo os Ensinos Fundamental e Médio para cerca de 14 mil alunos dos doze Colégios Militares (CM) espalhados pelo País. Os CM, em síntese, oferecem aos seus alunos uma educação moderna e integral, segundo os princípios cultuados pelo Exército Brasileiro e intrínsecos à formação do cidadão.

O Jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 09 de fevereiro de 2006, e a Revista VEJA, edição de 22 de fevereiro do mesmo ano, publicaram matérias intituladas, respectivamente, “Escolas do Rio lideram ranking do ENEM” e “As escolas campeãs”, que tratam do resultado do ENEM. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é, como o nome já diz, um exame direcionado para os concluintes do Ensino Médio, e tem o objetivo de oferecer uma referência para auto-avaliação da escola e dos alunos, de orientar escolhas profissionais futuras e de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil.

Os textos mostram que, entre todas as capitais, as melhores médias registradas na rede pública ficaram muito próximas da pontuação do setor privado. E seis Colégios Militares do Exército – de Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Manaus, Porto Alegre e Salvador – estão entre as instituições de ensino que obtiveram as mais altas avaliações entre as escolas públicas do Brasil no ano de 2005.

É o Sistema de Ensino Militar mostrando qualidade e compromisso para todo o País.



MINISTÉRIO DA DEFESA

OPERAÇÕES COMBINADAS

O Ministério da Defesa (MD) tem como uma de suas atribuições a busca do aperfeiçoamento da integração entre as Forças Armadas. A defesa da Pátria – missão constitucional do estamento militar – requer o preparo para um emprego operacional integrado, fator preponderante nas ações de Defesa Nacional. Os exercícios combinados conduzidos pelo MD encerram uma série de atividades profissionais que permitem atingir essa desejada integração.

Além disso, o adestramento da tropa por intermédio dos exercícios combinados possibilita a realização de experimentações doutrinárias nos diversos sistemas operacionais em situações que simulam o combate, bem como a verificação da necessária interoperabilidade entre as Forças. Por meio dos exercícios realizados anualmente são adquiridas experiências que permitem ampliar a capacidade de atuação combinada das Forças Armadas e obter novas soluções para antigos problemas.

Ao lado da faceta institucional, outros dois importantes aspectos dos exercícios combinados também merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o fato de eles serem realizados em áreas do território nacional onde é indispensável contar com capacidade de atuação coordenada e efetiva. Em segundo lugar, a ação de presença que eles proporcionam nas fronteiras e em áreas remotas do País, onde, muitas vezes, são simultaneamente realizadas ações cívico-sociais

(ACISO). Essas ações de apoio direto à população carente projetam uma imagem positiva das Forças Armadas. A presença da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira nos diversos rincões do País representa a garantia concreta da soberania nacional.

No âmbito do MD, cabe ao Estado-Maior de Defesa (EMD) as seguintes atribuições: formular e/ou acompanhar a doutrina e o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas; planejar e/ou acompanhar as operações militares de emprego combinado das Forças Armadas; formular a política para o Sistema Militar de Comando e Controle; formular a doutrina comum de Inteligência Operacional; estabelecer diretrizes para a atuação das Forças Armadas, quando couber, na garantia da lei e da ordem e no apoio ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais; estabelecer diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades relacionadas com a defesa civil; e planejar e acompanhar a participação das Forças Armadas em operações de manutenção de paz.

De acordo com a sistemática de planejamento do EMD, são realizadas, anualmente, diversas reuniões com os Grandes Comandos Operacionais das três Forças – Comando de Operações Navais (ComOpNav), Comando de Operações Terrestres (COTER) e Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR). Nesses encontros, são estabelecidas, após consenso e





visando atender às Forças, as atividades relacionadas com o preparo e o emprego combinado, tais como exercícios, seminários e outros trabalhos inerentes à interoperabilidade e à integração.

No ano anterior, cinco grandes exercícios combinados foram realizados e coordenados pelo Estado-Maior de Defesa, com expressivo emprego de pessoal e meios operacionais das três Forças e com significativo aporte de recursos orçamentários.

Em 2006, o Estado-Maior de Defesa conduzirá a execução de quatro exercícios combinados nas regiões Norte (Amazônia), Centro-Oeste e Sul, incluindo-se parcelas do mar e do espaço aéreo adjacentes a essas áreas.

Além de permitir o levantamento de pontos fortes, de oportunidades de melhoria, de lições aprendidas e de sugestões de ordem geral, os exercícios combinados visam atingir os seguintes objetivos específicos: adestrar as Forças Armadas em Operações Combinadas; ratificar ou retificar preceitos doutrinários; testar planejamentos operacionais do MD; avaliar procedimentos operacionais comuns às Forças Armadas; desenvolver a interoperabilidade dos meios navais, terrestres e aéreos; ampliar o relacionamento e a integração entre os componentes das Forças Armadas; intensificar a presença das Forças Armadas nas fronteiras; e empregar e aperfeiçoar os meios do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2).

O MD também conduz diversos seminários e sim-
pósios necessários ao desenvolvimento de uma doutrina combinada. Em 2005, foram realizados seminários versando sobre a Estratégia da Resistência, Operações de Paz, Comando e Controle e Operações Combinadas. Em particular no que tange às Operações Combinadas, seminários vêm sendo realizados anualmente, ao término das atividades operacionais, com o propósito de avaliar os trabalhos realizados no período. Para 2006, além do seminário sobre Operações Combinadas, serão abordados temas referentes à Coordenação do Espaço Aéreo, Comando e Controle, Operações Psicológicas e Combate-SAR.

No campo doutrinário, o MD desenvolve ainda trabalhos relacionados à elaboração e à revisão de manuais para utilização pelas Forças Armadas, tais como os Manuais de Símbolos, Abreviaturas e Convenções Cartográficas; Operações de Paz e Evacuação de Não-Combatente e o Glossário de Termos Militares.

As Forças Armadas brasileiras – apesar das dificuldades inerentes à interoperabilidade de seus sistemas, da diversidade de seus meios e das diferenças na formação profissional de seus quadros – vêm, a cada exercício combinado, convergindo esforços na busca da integração operacional e na solução dos problemas comuns. Essa sinergia, coordenada e potencializada pelo Ministério da Defesa, possibilitará, em curto prazo, a plena integração de seus sistemas de combate. —



PRESERVANDO A



PAZ

○ Brasil possui rica tradição de participação em esforços internacionais em prol da paz mundial como consequência natural da índole pacífica de seu povo, de sua estatura geopolítica e de sua projeção internacional. A política externa brasileira, sempre muito participativa, influente e respeitada, estabeleceu uma linha coerente de defesa do multilateralismo e da responsabilidade recíproca entre os Estados por um sistema eficiente de segurança coletiva. Nesse sentido, firmou parceria e coordenação eficientes com o campo militar do Poder Nacional para atendimento dos compromissos internacionais assumidos junto a organismos supranacionais, como a antiga Liga das Nações, a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas, depositárias legítimas dos anseios de paz da comunidade internacional.

A presença da Força Terrestre nessa empreitada constitui exemplo eloquente da vocação do povo brasileiro à solidariedade e ao entendimento, levados pelos nossos soldados aos povos afligidos por conflitos e crises humanitárias.

Neste artigo serão revistos os registros históricos da presença do Exército Brasileiro no processo evolutivo das missões de paz internacionais.



PERÍODO ANTERECEDENTE À CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Pode-se dizer que o então General-de-Divisão **Cândido Mariano da Silva Rondon** foi o primeiro *peacekeeper* brasileiro. O pioneirismo desse oficial marcou presença, também, como presidente da Comissão da Liga das Nações para verificação dos termos do Protocolo de Paz, assinado no Rio de Janeiro, destinado à solução do litígio fronteiriço entre Colômbia e Peru que, em 1932, levou esses dois países ao limiar da guerra em torno da chamada Questão de Letícia.

O compromisso brasileiro em prol da paz regional repetiu-se em 1938, quando militares e diplomatas trabalharam para solucionar o conflito entre Bolívia e Paraguai que os conduziu à Guerra do Chaco. Nessa oportunidade, coube ao então Coronel **Estevão Leitão de Carvalho** participar da denominada Comissão Mista Neutra, que superou fracassos anteriores da já decadente Liga das Nações.

De forma muito intuitiva e experimental, essas ações voltadas para a solução e a prevenção de conflitos foram herdadas pelo organismo sucessor da Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas (ONU), para conformar o que viriam a ser as futuras operações de manutenção da paz.

A CRIAÇÃO DA ONU E O DESAFIO DA MANUTENÇÃO DA PAZ

Nas missões de paz, o Exército Brasileiro vem dando mostras da capacidade de adaptação de seus quadros a condicionantes operacionais cada vez mais complexas. Essas missões que, além de multinacionais, são hoje consideradas multidimensionais e multidisciplinares, chegaram ao atual estágio mediante um processo evolutivo do qual o Brasil é testemunha e partícipe desde seu início.

A determinante original dessa dinâmica deve-se ao fato de que a Carta das Nações Unidas, assinada em 24 de outubro de 1945, não contempla nenhuma referência às operações de manutenção da paz. O documento, que viria a ser o instrumento primordial e representativo do esforço em prol da solução dos conflitos, nasceu utopicamente e vem evoluindo, ao longo de seis décadas, em função de determinantes geopolíticas em constante mutação no cenário internacional.

As operações de paz nasceram em resposta a divergências políticas no âmbito do Conselho de Segurança (CS) da ONU, que, em sucessivas discussões, introduziu a concepção do emprego de tropas dos países-membros para interpor-se entre as forças em litígio. Implementadas sob três princípios básicos – consentimento das partes envolvidas, uso da força somente em auto-defesa e neutralidade e (ou) imparcialidade no relacionamento com as facções em luta –, as operações de manutenção da paz foram juridicamente “justificadas” por **Dag Hammarskjöld**, ex-Secretário-Geral da ONU (1953-61), como uma solução pertencente ao capítulo “VI ½” da

Carta da ONU. **Hammarskjöld** é o autor da célebre frase: “Operações de paz não são um trabalho para soldados, mas só os soldados podem realizá-las”.

Desde a primeira missão de paz com uso de tropas, esse tipo de operação contou com a participação brasileira em 27 das 60 que até hoje foram realizadas no âmbito da ONU. O processo evolutivo ali iniciado pode ser descrito de acordo com as fases a seguir.

FASE DE NASCIMENTO DAS OPERAÇÕES DE PAZ: 1947-1956

Na condição de membro do primeiro Conselho de Segurança (CS) formado após a criação das Nações Unidas, coube ao Brasil integrar a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), que, no contexto da guerra civil que se travava na Grécia, arrastava ao conflito a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia. O General **Anor Teixeira dos Santos** e o Capitão **Hervê Pedrosa** representaram o Exército e o País, durante os anos de 1948 e 1949, naquela que pode ser considerada a primeira missão de observação da ONU (ainda que não esteja assim listada por aquele organismo, uma vez que foi criada no âmbito da Assembléia Geral e não se subordinava ao Secretário-Geral).

O Brasil também, em experiência pioneira de uso de forças militares para manter a paz, juntou tropas às de outros dez países para mitigar, a partir de 1956, o conflito Árabe-Israelense, integrando a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I).

A presença brasileira na UNEF I marca a mais longa missão de que o País participou. O 3º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, “Batalhão Suez”, enviou, durante 10 anos, cerca de 6.300 militares de todas as regiões do País para a zona de conflito.

A longa permanência de nossas tropas nas areias do Sinai e na Faixa de Gaza possibilitou largo aprendizado. O prestígio da tropa brasileira na área de operações possibilitou alcançar o comando operacional da UNEF I, em duas oportunidades, nas pessoas dos Generais-de-Divisão **Carlos Paiva Chaves** e **Syseno Sarmento**.

Seis militares do Exército Brasileiro perderam a vida em acidentes na área da missão, que se encerrou em 1967, com o recrudescimento dos “ataques-surpresa” conduzidos por Israel.

FASE DE AFIRMAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ: 1957-1974

Nessa fase, três militares brasileiros foram temporariamente deslocados da UNEF I para ajudar a compor duas novas missões em implantação. Para a Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental (UNSF) foram mandados dois oficiais como Observadores Militares, com o propósito de verificar o acordo entre Holanda e Indonésia sobre o Irian Ocidental. O Comandante da UNEF I, General **Paiva Chaves**, foi, por sua vez, solicitado a colaborar na implantação da

Força de Paz das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), da qual o Brasil participa até os dias de hoje com um capitão, que atua junto ao Estado-Maior da Força-Tarefa Argentina.

Nos anos de 1965-66, a ONU criou a Missão do Representante do Secretário-Geral na República Dominicana (DOMREP). Participamos com um oficial junto ao escritório desse representante. Porém, naquele país a participação mais significativa de nossas tropas deu-se no âmbito da Força Interamericana de Paz (FIP), formada por decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil compôs, com efetivo de 1.200 militares, o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS), sob comando do General **Carlos de Meira Mattos**. O Comando da FIP foi exercido, sucessivamente, pelos Generais-de-Exército **Hugo Panasco Alvim** e **Álvaro da Silva Braga**.

Nossa participação na FIP, apesar de breve, trouxe significativa experiência aos nossos oficiais e graduados, rapidamente difundida em novas metodologias de instrução individual e novas técnicas de emprego de pequenas frações.

Com a criação da Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), de 1960 a 1964, surgiu uma nova categoria de missão, que abriu precedentes para a evolução doutrinária das operações de paz. Pela primeira vez, foi autorizado o uso da força para implementação do Mandato, cujo espectro era inusitadamente abrangente.

O Brasil se fez presente nesse importante momento para as Nações Unidas com tripulações de aeronaves de transporte e pessoal de terra, num total de 179 militares, que testemunharam um capítulo da história da ONU em que ela saiu exaurida sob diversos aspectos, inclusive financeiro, além de vitimar o próprio Secretário-Geral **Dag Hammarskjöld**.

Outra missão do período para a qual o Brasil cedeu Observadores Militares foi a Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNIPOM), estabelecida para verificar o acordo de cessar-fogo na região da Cachemira, de setembro de 1965 a março de 1966.

FASE DE LATÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE PAZ: 1974-1987

Ainda que as operações da fase anterior tenham servido para validar as missões de paz como instrumento para solução de conflitos, a ONU não conseguiu sobrepujar a bipolaridade que marcava as relações internacionais a fim de obter a concretização de um eficiente sistema de segurança coletiva. Como consequência, houve, nesse período, uma inação da Organização no tocante às operações de paz, com a criação de somente uma nova missão, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Esta foi estabelecida em 1978 para verificar a retirada das tropas israelenses do Líbano e não contou com participação brasileira.

FASE DE EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ: 1988-1999

Até o ano de 1987, as Nações Unidas haviam conduzido apenas 13 operações de paz. No período entre 1988 e 1999, ocorreu o maior número dessas missões, em função das acomodações geopolíticas e étnico-religiosas advindas com o fim da Guerra Fria. Nele, a ONU realizou 52 novas operações de paz, uma vez que o CS se viu em melhores condições para protagonizar o papel que lhe é atribuído pela Carta das Nações Unidas.

Esse novo cenário criou um conceito mais abrangente para as operações de paz, gerando expectativas e responsabilidades para as quais a ONU ainda não estava preparada. As missões passaram a incorporar novas funções e novos componentes, como policiais, agências de fomento e humanitárias, supervisores eleitorais, monitores de direitos humanos, organismos regionais e não-governamentais etc. Os mandatos tornaram-se mais complexos, ambiciosos e difusos, incluindo enorme gama de novas tarefas, sobrepostas às já tradicionais atividades de separação de tropas e monitoramento de cessar-fogo.

A manutenção da lei e da ordem, o desarmamento, o desengajamento e a reinserção de ex-combatentes na vida civil, a ajuda humanitária, o reassentamento de refugiados, a formação e o treinamento de policiais e de novas forças armadas, as ações de desminagem e o apoio à reconstrução econômica do país ganharam destaque. Esse conceito mais abrangente, de associação de esforços civis e militares nas áreas operacionais, trouxe benefício a muitas regiões do mundo. Áreas afetadas por guerras civis decorrentes do processo de distensão da Guerra Fria, as chamadas *proxy-wars*, viram chegar a paz mediante acordos complexos, politicamente negociados e consentidos entre todas as partes envolvidas, como foram os casos das missões na Namíbia, no Camboja, em El Salvador, na Guatemala, em Moçambique e em Angola.

Entretanto, a ONU foi chamada a implementar a mesma doutrina de paz em regiões onde não havia paz a ser mantida, a direção política era claudicante, o comando militar era difuso e o consentimento das partes nem sempre era possível. Tendo, em função dessa nova realidade, de buscar o apoio de organizações políticas regionais e alianças militares de defesa, perdeu-se, muitas vezes, a unidade de comando operacional da missão, fragmentaram-se os objetivos políticos, turvou-se a clareza dos mandatos e relativizaram-se princípios como imparcialidade e negociação. Desse período, são contabilizados fracassos como os de Ruanda-Burundi, ex-Iugoslávia e Somália.

FASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTIR DO ANO 2000

A ONU chegou ao ano 2000 desgastada politicamente e exaurida financeiramente. Compelida por esse fato e pela análise prospectiva da conjuntura da comunidade internacional, que continuava a ansiar por um foro legítimo e eficaz no tratamento das questões da paz e da segurança

mundiais, decidiu reavaliar seus métodos de condução das operações. Após realizar uma profunda investigação doutrinária, durante o ano de 1999, concluiu a elaboração do relatório do “Painel das Nações Unidas sobre as Operações de Paz” – conhecido como “Relatório Brahimi” (o grupo de eminentes especialistas que o produziu foi liderado pelo Embaixador argelino **Lakhdar Brahimi**).

O Relatório Brahimi identificou as falhas da Organização ao lidar com as operações de paz, projetou os cenários das futuras missões, conclamou a ONU e os estados-membros ao fim das “meias-medidas” e à adoção de mandatos claros e exequíveis. Advertiu sobre critérios de análise mais objetiva dos conflitos, estabeleceu processos de planejamento integrado, sugeriu a melhoria das estruturas operacionais e logísticas, bem como recomendou o aperfeiçoamento das metodologias de treinamento padronizado para todos os componentes das missões de paz. Dessa forma, traçou estratégias mais seguras e eficientes para as futuras missões, coordenando cada passo ou decisão com os países contribuintes, que assim se tornam co-responsáveis pelo processo. Um total de oito missões caracterizam essa fase. O Brasil e o Exército Brasileiro participam ou participaram de seis delas, listadas abaixo:

- UNMISSET (2002-05) – Missão de Assistência das Nações Unidas para o Timor Leste. O contingente de 50 militares de Polícia Militar do Exército que integrava a missão anterior – UNAMET – foi transferido para a UNMISSET, quando de sua criação. A partir de 2004, esse efetivo aumentou para 125 homens e mulheres;

- MINUCI/UNOCI (2003 - até os dias de hoje) – A Operação das Nações Unidas na Costa-do-Marfim, que se seguiu à Missão das Nações Unidas na Costa-do-Marfim, conta com observadores militares e oficiais de estado-maior brasileiros;

- UNMIL (2003 - até os dias de hoje) – Participamos com observadores militares na Missão das Nações Unidas na Libéria;

- MINUSTAH (2004 - até os dias de hoje) – A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti constituiu-se em um dos maiores esforços logísticos e operacionais das Forças Armadas Brasileiras desde a II Guerra Mundial, em função do quadro político e da dificuldade sócio-econômica em que se encontra imersa aquela nação caribenha. O Exército Brasileiro se faz presente com um Batalhão de Infantaria e uma Companhia de Engenharia de Construção combinados a um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais; e

- UNMIS (2005 – até o presente) – Na Missão das Nações Unidas no Sudão cedemos sete observadores militares. É a missão atual em que empregamos o maior efetivo nessa função.

Há que se destacar, também, a MARMINAS – Missão de Remoção de Minas na América do Sul – sob a égide da OEA –, para a qual, desde 2003, o Brasil fornece supervisores de desminagem na fronteira entre Peru e Equador.

CONCLUSÃO

A participação do Brasil em operações de paz tem representado um aporte significativo para a consolidação de um sistema legítimo de segurança coletiva e para a evolução doutrinária. O Exército Brasileiro, após estudos do Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), do Comando de Operações Terrestres (COTER), tem dado respostas eficientes às demandas da política externa nacional por meio de seus contingentes de tropa e militares no exercício de tarefas individuais.

Consciente do desafio que essa participação representa, a Força Terrestre tem preparado seus militares para atuar com braço forte e mão amiga nas longínquas e perigosas zonas de conflito, projetando internacionalmente o profissionalismo de seus quadros. Ao mesmo tempo, proporciona a seus soldados indispensável experiência de campo, atuando em uma das hipóteses de emprego que caracteriza, cada vez mais, o perfil dos exércitos do século XXI. —

Referências Bibliográficas

- "The Blue Helmets. A Review of the United Nations Peacekeeping". Nova York.
- Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas.
- "O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz" Brasília, FUNAG, 1999. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura.
- "O Exército Brasileiro e as Operações de Manutenção da Paz" - Brasília, 1998.
- Newton Bonumá.
- "O Observador Militar Brasileiro na ex-Iugoslávia. Uma experiência enriquecedora"
- ECEME, 1999. Harley Alves.
- "As Forças Armadas como Instrumento da Política Externa Brasileira" - UFRJ/Programa de Pós-Graduação - Carlos José Russo Assumpção Penteado.
- <http://www.un.org/Depts/dpko/>
- <http://www.exercito.gov.br/04Maoami/missaopaz/indice.htm>

Tropa brasileira no Haiti



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro, sintonizado com a evolução que, de forma cada vez mais rápida, ocorre em todos os campos da atividade humana, encontra-se em processo constante de atualização de sua estrutura organizacional. Com base em estudos realizados pelo Estado-Maior do Exército (EME), a Instituição moderniza a Alta Administração do Exército e a Força Terrestre para torná-las mais eficientes e eficazes.

A criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), do Departamento Logístico (D Log) e, mais recentemente, do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), insere-se nesse esforço de modernização. O surgimento do DCT, em particular, proporcionou ao Exército maior sinergia no campo da Ciência e Tecnologia (C&T), impulsionando os projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos de defesa.

A modernização da estrutura institucional é permanentemente orientada pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que prevê a avaliação dos procedimentos adotados e a realimentação do planejamento sempre que necessário. Uma vez constatada a necessidade de modernização ou racionalização, são introduzidas modificações no Plano Básico de Estruturação do Exército (PBEEEx), de modo a reorientar a execução do planejamento, adequando-o às necessidades ditadas pela evolução da conjuntura ou pela elaboração de cenários prospectivos.

O PLANO BÁSICO DE ESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO

• Premissas e condicionantes

O PBEEEx, coerente com a Política Militar Terrestre e

com a Concepção Estratégica do Exército, é o deflagrador dos demais planos básicos que visam ao preparo do Exército para o cumprimento de sua missão.

Esse plano tem por finalidade detalhar as ações estratégicas que, estando previstas na Diretriz Estratégica de Estruturação do Exército, devem ser implementadas em curto prazo. Além disso, o PBEEEx orienta o levantamento dos recursos necessários à consecução dos Objetivos de Estruturação lançados no Plano Diretor do Exército (PDE). Tudo isso, em síntese, visa a ampliar a capacidade operacional da Força Terrestre, a racionalizar sua organização e articulação e a aproximar a estrutura existente em tempo de paz da Estrutura Militar de Guerra, para que se possa alcançar, no mais curto prazo e com um mínimo de adaptações, o adequado poder de combate necessário à defesa da Pátria.

A busca da eficácia no cumprimento da missão do Exército exige a otimização dos recursos humanos e materiais, mas a criação de novas organizações militares (OM) só ocorre pela disponibilização de cargos das OM transformadas, desativadas ou extintas, pois, embora seja necessário aumentar a eficiência da Força, não há interesse em majorar seu efetivo.

No que tange à organização da Força Terrestre, a brigada é tida como módulo básico de combate para a configuração de elementos operacionais e a alocação de material de emprego militar. A Força Terrestre é articulada de forma a atender, prioritariamente, às estratégias da Dissuasão e da Presença, devendo esta última ser entendida de forma seletiva, ou seja, mais importante do que “estar presente” em todas as áreas estratégicas do território nacional é a capacidade de “se fazer presente” em qual-



quer delas, valendo-se, para isto, da mobilidade estratégica.

• **Objetivos de estruturação**

Atualmente, o Plano Básico de Estruturação do Exército contém 14 objetivos:

- ampliar a capacidade operacional das forças de operações especiais;
 - reorganizar e rearticular a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (3ª Bda Inf Mtz);
 - ampliar a capacidade dissuasória na fronteira noroeste do Brasil (no Comando Militar da Amazônia);
 - racionalizar a estrutura militar terrestre na Amazônia Oriental;
 - reestruturar as forças blindadas;
 - transformar e reorganizar a 11ª Brigada de Infantaria Blindada;
 - rearticular a Artilharia Antiaérea, de Costa e de Lançadores Múltiplos de Foguetes;
 - reorganizar a 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aero-móvel);
 - reorganizar a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
 - reorganizar o Grupamento de Unidades-Escola/ 9ª Brigada de Infantaria Motorizada;
 - reestruturar as organizações militares de Polícia do Exército;
 - criar, transformar e transferir organizações militares de Engenharia;
 - criar Pelotões Especiais de Fronteira; e
 - criar Centros de Instrução de Operações de Paz, de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, de Engenharia de Construção e de Artilharia de Foguetes.
- A ampliação da capacidade operacional das forças de operações especiais consolida-se com a conclusão da implantação da Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp), em Goiânia (GO), e da 3ª Companhia de Forças Especiais, em Manaus (AM). A Grande Unidade ocupa as antigas instalações da 3ª Bda Inf Mtz, enquanto seu Batalhão de Ações de Comandos ocupa as do extinto 42º Batalhão de Infantaria Motorizado (42º BI Mtz). O 1º Batalhão de Forças Especiais e o Destacamento de Operações Psicológicas receberão aquartelamentos novos. A Bda Op Esp, que recebeu equipamentos modernos recentemente adquiridos pelo Exército, vem capacitando seus integrantes em Goiânia e no Centro de Instrução de Operações Especiais, situado no Rio de Janeiro (RJ).

A 3ª Bda Inf Mtz foi transferida para Cristalina (GO), onde ocupou as instalações do extinto 43º BI Mtz. A extinção dos 42º e 43º BI Mtz, por sua vez, permitiu a disponibilização de cargos para a Bda Op Esp e para a transformação dos 41º BI Mtz (Jataí - GO) e 22º BI Palmas (TO), respectivamente, em unidades do tipo III e tipo II, conforme previsto na Diretriz Estratégica de Estruturação do Exército. A 3ª Bda Inf Mtz, reorganizada e rearticulada, continuará completa em meios e, por conseguinte, plenamente apta a cumprir sua missão como parte das forças de emprego estratégico.

No bojo do processo de reorganização do Comando Militar da Amazônia, a transferência da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói (RJ) para São Gabriel da Cachoeira (AM) e sua transformação em 2ª Brigada de Infantaria de Selva são passos importantes para a ampliação da capacidade dissuasória na fronteira noroeste. O Comando da Brigada já foi instalado em São Gabriel da Cachoeira e continuam em curso as providências para a transferência dos 3º e 56º Batalhões de Infantaria para Barcelos (AM) e Santa Isabel do Rio Negro (AM), respectivamente.

Na Amazônia Oriental, a racionalização da estrutura ocorreu com a reorganização da 23ª Brigada de Infantaria de Selva – transferência do 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva para Tucuruí (PA), implantação do 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva em Marabá (PA) e mudança do aquartelamento da 23ª Companhia de Comunicações de Selva – e com a transformação da 8ª Região Militar em 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército.

Coerentemente com a prioridade atribuída à área estratégica da Amazônia, estão sendo criados Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) em Marechal Taumaturgo e São Salvador, no Acre, e em Pimenteiras do Oeste, em Rondônia. Serão também concluídos os PEF de Tunuí (AM) e Tiriós (PA). Essas frações exercem a função primordial de vigilância da fronteira, constituindo a primeira linha de proteção do território nacional.

A necessidade de modernização das estruturas das grandes unidades blindadas e de sua concentração em locais mais adequados a seus preparo e emprego levou o Exército a transformá-las em quaternárias mediante reunião de todos os meios em duas brigadas blindadas: a 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria (RS), e a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, em Ponta Grossa (PR).



Assim, os blindados oriundos da 11ª Brigada de Infantaria Blindada (Campinas-SP) e da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (Rio de Janeiro-RJ) foram redistribuídos para as novas brigadas quaternárias. Paralelamente, estão sendo adotadas providências para repotencialização e aquisição de meios, de forma a garantir grande poder de combate às forças blindadas brasileiras.

Em razão de ter sido transformada de brigada blindada em brigada de infantaria leve, a 11ª Brigada de Infantaria Leve (11ª Bda Inf L) passa por um processo de reorganização com o escopo de adequá-la a sua nova missão. Assim, houve a extinção do 4º Batalhão de Infantaria Blindado e do 11º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; a transformação do 2º Regimento de Carros de Combate em 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, do 28º Batalhão de Infantaria Blindado em 28º Batalhão de Infantaria Leve, do 2º Batalhão Logístico em 2º Batalhão Logístico Leve e do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado em 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve; a alteração de subordinação do 2º Batalhão de Infantaria Leve e a reorganização do 37º Batalhão de Infantaria Leve. Além de sua missão precípua como parte das forças de emprego estratégico, essa Grande Unidade tem agora a atribuição adicional de atuar na garantia da lei e da ordem (GLO). Dessa forma, a 11ª Bda Inf L GLO passa a ter instrução e equipamento específicos, sendo tropa apta ao cumprimento da missão constitucional de GLO em qualquer ponto do território nacional. Para otimizar o preparo da brigada, foi criado o Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem, que será encarregado de instruir os quadros nas técnicas, táticas e procedimentos relativos a esse gênero de atividade.

Também com vistas a seu emprego na GLO, as organizações militares de Polícia do Exército são alvo de transformação. Os Batalhões de Polícia do Exército (BPE) serão reorganizados e todos os Comandos Militares de Área contarão com pelo menos um deles. Assim, serão criados o 5º BPE em Curitiba (PR), o 6º BPE em Salvador (BA), o 7º BPE em Manaus, o 9º BPE em Campo Grande (MS) e o 12º BPE em Belo Horizonte (MG). As novas unidades serão o resultado da extinção de companhias de Guarda e da transformação de companhias de PE e mesmo de batalhões de Infantaria em BPE.

O incremento da participação do Brasil em missões de paz acarretou a necessidade de o Exército dispor de tropas especialmente treinadas para esse tipo de atividade. Para isso, o Comandante do Exército determinou que o Grupamento de Unidades-Escola/9ª Bda Inf Mtz passasse a ser a grande unidade da Força Terrestre responsável pela guarda do material e pela pesquisa e desenvolvimento da doutrina de emprego em operações de paz. A Brigada já atuou no Haiti, integrando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), e continuará a participar do rodízio das tropas designadas

para compor o “Batalhão Haiti”. Além disso, essa Grande Unidade conta entre suas OM com o recém-criado Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz).

Outro passo importante para a modernização da estrutura organizacional do Exército é a rearticulação da Artilharia Antiaérea, de Costa e de Lançadores Múltiplos de Foguetes (LMF). O 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado foi transferido de Praia Grande (SP) para Formosa (GO) e transformado em 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes/Campo de Instrução de Formosa. Desse modo, todo o material LMF estará concentrado, proporcionando maior facilidade de instrução e de adestramento do pessoal e de manutenção do material. Como consequência, o 2º Grupo de Artilharia Antiaérea ocupou as antigas instalações do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado. Para melhorar a capacitação do pessoal, foi criado em Formosa o Centro de Instrução de Artilharia de Foguetes.

Quanto às organizações militares de Engenharia, os 1º e 2º Grupamentos de Engenharia de Construção foram transformados em Grupamentos de Engenharia, podendo enquadrar tanto as OM de construção como as de combate. Foram transformados, também, os 5º e 12º Batalhões de Engenharia de Combate em Batalhões de Engenharia de Combate Blindados (com a distribuição de material compatível com a nova missão), para melhor apoiar as brigadas blindadas quaternárias. O 4º Batalhão de Engenharia de Combate, em Itajubá (MG) foi transformado em Batalhão de Engenharia de Selva e transferido para Manaus. A reestruturação da Engenharia complementa-se com a criação do Centro de Instrução de Engenharia de Construção, em Araguari (MG), a fim de preparar os quadros destinados aos Batalhões de Engenharia de Construção para o exercício de suas funções.

Com o objetivo de aprimorar as estruturas organizacionais da 12ª Brigada de Infantaria Leve, sediada em Caçapava (SP), e da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), sediada em Uruguaiana (RS), tornando-as mais compatíveis com o emprego operacional previsto nas bases doutrinárias dessas grandes unidades, houve a transformação do 12º Pelotão de Comunicações Leve em 12ª Companhia de Comunicações Leve, orgânica da 12ª Bda Inf L, e o 22º Grupo de Artilharia de Campanha Auto-rebocado em 22º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, orgânico da 2ª Bda C Mec.

Todas essas medidas mostram que o Exército Brasileiro encontra-se empenhado em implementar grandes transformações, que hão de acarretar a modernização de sua estrutura e de seus meios. O empenho diuturno de todos os integrantes da Instituição permitirá que se avance ainda mais na concretização do objetivo maior de se manter a Força Terrestre sempre ajustada à estatura político-estratégica da Nação. —

NEW HOLLAND, A FORÇA DA TECNOLOGIA NO MUNDO DA CONSTRUÇÃO.

New Holland é tecnologia e eficiência em sua obra. Uma linha completa de produtos que oferecem mais força, precisão, desempenho e versatilidade em qualquer lugar. Passe em um concessionário e conheça as máquinas que fazem mais por você. Você vai entender por que New Holland é a marca que conquistou o mundo da construção.



CARREGADEIRAS COMPACTAS

O sistema hidráulico de alta eficiência das carregadeiras compactas New Holland possibilita elevada capacidade de desagregação e levantamento, com muito mais eficiência, robustez e versatilidade na sua obra. O exclusivo braço "Super Boom" possibilita o movimento da carga e do implemento em linha vertical para maior alcance e melhor visibilidade.

RETROESCAVADEIRAS

As retroescavadeiras New Holland são feitas para permitir diferentes opções de caçambas, braço telescópico, instalação de martelo ou qualquer outro tipo de ferramenta hidráulica.



TRATORES DE ESTEIRA

Estrutura robusta, transmissão eficiente, sistema hidráulico e motores de grande torque e potência garantem melhor desempenho em qualquer obra.



PÁS CARREGADEIRAS

Força, versatilidade e ciclos rápidos garantem alta produtividade em toda a linha. As pás carregadeiras oferecem, ainda, elevada capacidade de carga, baixo índice de manutenção, facilidade de operação e mais conforto.

MOTONIVELADORAS

As motoniveladoras New Holland têm a mais avançada tecnologia, comandos hidráulicos, chassi articulado, lâmina central "Roll Away" com perfil evolvente e lâmina frontal. Isso significa melhor produtividade na obra e na estrada.



ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS

Muitas versões, a mesma força e tecnologia: braço monobloco de 5.650 mm, braços de penetração de 2.400, 2.940 e 3.500, além de um conjunto de longo alcance com braços monobloco e de escavação que somam 15,8 metros. Faça a sua escolha.

POSTOS E GRADUAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

Tenentes e Capitães			Oficiais Superiores				Oficiais-Generais			
MARINHA										
Guarda-Marinha	2º Tenente	1º Tenente	Capitão-Tenente	Capitão-de-Corveta	Capitão-de-Fragata	Capitão-de-Mar-e-Guerra	Contra-Almirante	Vice-Almirante	Almirante-de-Esquadra	Almirante (-)
EXÉRCITO										
Aspirante-a-Oficial	2º Tenente	1º Tenente	Capitão	Major	Tenente-Coronel	Coronel	General-de-Brigada	General-de-Divisão	General-de-Exército	Marechal (-)
FORÇA AÉREA										
Aspirante-a-Oficial	2º Tenente	1º Tenente	Capitão	Major	Tenente-Coronel	Coronel	Brigadeiro-de-Ar	Major-Brigadeiro-de-Ar	Tenente-Brigadeiro-de-Ar	Marechal-de-Ar (-)

(-) Posto reservado apenas em tempo de guerra





DESEMPENHO GERADOR DE BENEFÍCIOS A ODEBRECHT JÁ PARTICIPA DA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE:

Setor Hidroelétrico	51,2 mil MW
Setor Transmissão e Distribuição	5,5 mil MW
Setor de Saneamento de Esgoto	4,5 mil km
Subestações	Mais de 5,3 milhões de m²
Redes de Água	3,6 mil km
Ferrovias	1,7 mil km
Troncos	288,9 km
Portos e Viadutos	131 km
Setor de Mobilidade	108,3 km
Portos e Aeroportos	50
Programa de Integração	25
Instalação de Transmissão e Saneamento de Água e Esgoto	1,14
Subestações e Centros para Saneamento	3,6 mil km
Subestações (Obras)	212,5 mil t



INFRA-ESTRUTURAS QUE DESENVOLVEM O PAÍS E MELHORAM A QUALIDADE DE VIDA DO BRASILEIRO

Empresa genuinamente brasileira, a Odebrecht vem trabalhando forte, há mais de 60 anos, para que nosso País continue crescendo. Participa da construção de infra-estruturas fundamentais para desenvolver o Brasil e melhorar a qualidade de vida da população. Com atuação nas áreas de energia, petróleo e gás, saneamento, transportes e plantas industriais, entre muitas outras, os integrantes da Odebrecht servem aos seus clientes, à sociedade e, assim, ao desenvolvimento nacional.

ODEBRECHT

Engenharia e Construção

www.odebrecht.com



ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO



A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), localizada em Campinas (SP), constitui-se no primeiro passo para a maioria dos jovens que pretendem tornar-se oficiais do Exército Brasileiro. Sua missão é selecioná-los e prepará-los para o ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde são formados os oficiais combatentes de carreira.

A EsPCEEx é originária e herdeira das tradições das antigas Escolas Preparatórias de São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, criadas no início dos anos 40 do Século passado. Sua arquitetura, de estilo colonial, lhe confere uma aparência de rara beleza. O tom rosa, comum às fortalezas de outrora, em contraste com a imensa área verde que circunda a Escola, transmite à coletividade que nela convive e àqueles que a visitam uma sensação de paz, tranquilidade e bem-estar.

O ENSINO

Voltada para uma formação específica e instrumentalizadora, e atendendo ao previsto na Lei de Ensino do Exército e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EsPCEEx adota uma linha pedagógica pluralista, buscando implementar as melhores práticas, sem perder de vista seu objetivo: selecionar e preparar o futuro Cadete, provendo-lhe uma educação integral nos campos cognitivo, psicomotor e afetivo.

A EsPCEEx é dotada de dependências modernas e funcionais, que possibilitam a realização das mais diversificadas atividades educacionais e de apoio ao ensino. Conta com salas de aula; anfiteatros; biblioteca; salas de informática; laboratórios de química, física e biologia; estande de tiro e parque esportivo com piscinas aquecidas, campos de futebol, pista de atletismo, sala de musculação, quadras poliesportivas, ginásio coberto e pista de treinamento de circuito. O curso da Escola tem a duração de um ano e equivale à 3ª série do Ensino Médio, acrescida de disciplinas que iniciam a formação militar. Os alunos que concluem o curso com aproveitamento têm matrícula assegurada na AMAN.

O ALUNO

O aluno é o centro de todo o processo educativo. Ele participa de atividades de cunho esportivo, recreativo, cultural e religioso que complementam a preparação física, intelectual e profissional do futuro Cadete e promovem sua interação com a comunidade.

O INGRESSO

Os requisitos básicos para ingresso na EsPCEEx exigem que o jovem seja brasileiro nato do sexo masculino; que seja solteiro, sem dependentes; que tenha no mínimo 15 e no



máximo 20 anos de idade, referidos a 31 de dezembro do ano da inscrição; e que tenha concluído a 2ª série do Ensino Médio, ou esteja para concluí-la até a data da matrícula.

O curso funciona em regime de internato. O aluno tem direito a soldo, fardamento, alimentação e assistência médico-odontológica. O concurso de admissão é realizado em todo o território nacional e compõe-se de provas de Português, Matemática, Física, Química, História, Geografia e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). Posteriormente, são realizados o exame de aptidão física e a inspeção de saúde.

O ingresso na AMAN, além de ocorrer via curso da EsPCEEx, também acontece por intermédio de concurso público de âmbito nacional. Informações sobre essa possibilidade podem ser obtidas na página eletrônica: www.aman.ensino.eb.br

OUTROS ESCLARECIMENTOS SOBRE A EsPCEEx:

Escola Preparatória de Cadetes do Exército – Seção de Concurso
Av Papa Pio XII, nº 350, Jardim Chapadão, Campinas (SP),
CEP 13070-903. Fone: (0xx19) 3744-2064 – Fax: (0xx19) 3744-2014
www.espcex.ensino.eb.br
concurso@espcex.ensino.eb.br ou rp@espcex.ensino.eb.br

O SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO EXÉRCITO

No passado, “planejamento estratégico” era uma atividade considerada essencialmente militar em decorrência das estratégias – o “como fazer” – adotadas nas grandes batalhas pelos generais. Modernamente, as diversas metodologias de condução do planejamento estratégico são aplicáveis a inúmeras áreas do conhecimento humano e têm sido utilizadas pelas organizações, de forma geral, como ferramentas de apoio à decisão na busca de respostas a mudanças ocorridas ou esperadas no ambiente em que se encontram.

Instituições públicas e privadas têm intensificado o uso do planejamento estratégico de forma a assegurar sua sobrevivência e a conquistar vantagens competitivas que lhes proporcionem melhores resultados.

O Exército Brasileiro sempre desempenhou papel ativo na vida nacional, sem jamais se afastar de sua destinação legal definida pela Constituição. Dessa forma, a Instituição tem trabalhado para oferecer ao Brasil as condições de segurança e de desenvolvimento capazes de projetá-lo no concerto das nações.

Com o foco no Objetivo-Síntese do Planejamento Estratégico do Exército – “capacitá-lo permanentemente para o cumprimento de sua destinação constitucional, de forma permanentemente ajustada à estatura político-estratégica da Nação” –, o Ministro do Exército à época, General **Walter Pires de Carvalho e Albuquerque**, determinou ao Estado-Maior do Exército a realização de estudos para a concretização do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) a fim de sistematizar o planejamento estratégico da Força. Naquela época, foi estabelecido um conceito formal da Missão do Exército, aprovado e oficialmente consignado pelo Ministro. Desde então, os fundamentos, as características e a missão da Instituição figuram em um documento denominado SIPLEX 1 – Missão do Exército.

Após cerca de um ano e já na gestão do General-de-Exército **Leonidas Pires Gonçalves**, foi aprovada a Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército, por intermédio da Portaria nº 77-EME, de 04 de dezembro de 1984. Era o marco fundamental do SIPLEX, cuja meta prioritária contemplava, entre outros aspectos, a modernização e a racionalização dos meios operacionais. Em termos estruturais, tratava-se de implantar, em curto prazo, o projeto denominado Força Terrestre 1990 (FT 90).

Diante da promulgação da Constituição Federal de

1988 e da necessidade de se acompanhar a evolução da conjuntura mundial no pós-Guerra Fria, a Missão do Exército (SIPLEX-1) foi atualizada em 30 de outubro de 1990. Tal instrumento condicionador possibilitou que, em 1992, fosse aprovada a denominada Coletânea - Doutrina Militar Terrestre, em substituição à metodologia do SIPLEX de 1984. Essa coletânea destinava-se a orientar e sistematizar a formulação, a experimentação e a evolução da doutrina, nos níveis político-estratégico e operacional, e o estabelecimento das linhas mestras do planejamento militar terrestre, introduzindo uma nova metodologia inerente ao SIPLEX.

Desde então, diversas atualizações ocorreram no SIPLEX, com a expedição de Diretrizes Estratégicas e a aprovação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT). Em 2002, após a criação do Ministério da Defesa e a aprovação da Lei Complementar nº 97, de 09 junho de 1999 – que definiu novas condições para o preparo e o emprego das Forças Armadas – houve a necessidade de rever o SIPLEX, sem, contudo, deixar de considerar as idéias fundamentais dos estudos anteriores, especialmente em relação à metodologia.

VISÃO GERAL DO MÉTODO

O SIPLEX mantém as necessárias unidades de pensamento e ação dentro do Exército e foi concebido, em termos gerais, conforme se apresenta no quadro que ilustra esta matéria.

Assim, a Missão do Exército (SIPLEX 1) – orientada pela Constituição Federal, por leis complementares e por instrumentos normativos elaborados pelo Ministério da Defesa, como a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Militar de Defesa – é norteadora de todas as atividades da Instituição. Significa, em síntese, defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, garantir a lei e a ordem, participar de operações internacionais, cooperar com o desenvolvimento nacional, cooperar com a defesa civil e atuar na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Em 2003, já na gestão do General-de-Exército **Francisco Roberto de Albuquerque** como Comandante do Exército, a Missão da Força foi atualizada com a inclusão de sua Visão de Futuro; da Síntese dos Deveres, dos Valores e da Ética do Exército e dos Fatores Críticos para o Êxito da Missão.

A Avaliação do Exército (SIPLEx-2) é uma verdadeira “radiografia” da Instituição, fundamentada em conjunturas e cenários prospectivos. Voltada para o futuro, busca vislumbrar as tendências de evolução da arte da guerra, as inovações tecnológicas e seus reflexos no material de emprego militar. Indica, finalmente, as necessidades de atualização das políticas e estratégias em vigor, para anular ou minimizar as vulnerabilidades e aproveitar as oportunidades que surjam no ambiente. O SIPLEx-2 orienta as etapas seguintes do planejamento político-estratégico do Exército.

A Política Militar Terrestre (SIPLEx-3) estabelece a Concepção Política Básica, voltada para os preparo e emprego, a organização, a articulação e a evolução da Instituição, resultando na modernização do Exército e na capacitação operacional da Força Terrestre, ajustadas às necessidades da defesa nacional e de projeção do Brasil

Em seguida, as Diretrizes Estratégicas (SIPLEx-5) transformam as orientações estratégicas contidas nos SIPLEx-3 e SIPLEx-4 em ações estratégicas de curto, médio e longo prazos a serem desenvolvidas pelos diversos órgãos, condicionando o planejamento estratégico seguinte. Hoje, são 29 Diretrizes Estratégicas, sendo a mais recente aquela que regula, para o Exército, a atuação contra os delitos transfronteiriços e ambientais, decorrente da Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

Os Planos Básicos (SIPLEx-6) são planos de preparo elaborados pelo Estado-Maior do Exército e pelos Órgãos de Direção Setorial. Visam ao detalhamento das ações estratégicas estabelecidas nas Diretrizes Estratégicas. O Plano Básico de Estruturação do Exército e o Plano Básico de Doutrina Militar Terrestre são os planos chamados “estruturantes”, posto que

orientam a elaboração dos demais planos básicos. Os Planos Básicos são instrumento de grande valia, pois materializam o efetivo e necessário enlace do SIPLEx com o Sistema de Planejamento Administrativo do Exército (SIPAEx).

Os Planos Operacionais (SIPLEx-7) são planos de emprego elaborados pelos Comandos Militares de Área e aprovados pelo COTER, segundo as orientações específicas das Diretrizes Estratégicas de Defesa Externa, de Garantia da Lei e da

Ordem e de Defesa Territorial estabelecidas pelo EME.

PROJETO DE REVISÃO DO SIPLEx

A partir de 2003, o Exército Brasileiro implantou o Programa Excelência Gerencial (PEG-EB). Como parte desse programa, foi estabelecido pelo Comando do Exército o “Macroprojeto Gestão Estratégica”, a ser conduzido pelo Estado-Maior do Exército e congregando quatro projetos básicos, sendo um deles o de revisão do SIPLEx. Foram estabelecidos como objetivos finalísticos, a serem atingidos até novembro de 2006, a revisão e a atualização de toda a metodologia de planejamento estratégico do Exército, na qual serão inseridas novas e modernas técnicas de avaliação e medição de desempenho, e o estabelecimento de um enlace ainda mais efetivo entre o SIPLEx e o SIPAEx. —



no cenário internacional. Além disso, define os Objetivos Gerais do Exército e as políticas específicas a serem implementadas, tudo em sintonia com seu Objetivo-Síntese: “capacitar o Exército, em forma permanente ajustada à estatura político-estratégica da Nação, para atuar eficazmente no cumprimento de suas missões”.

A Concepção Estratégica do Exército (SIPLEx-4) estabelece as grandes opções estratégicas, com vistas a capacitar a Força para o cumprimento de sua missão, definindo as estratégias de emprego, as áreas estratégicas e suas vocações prioritárias, a concepção geral de emprego, as capacidades desejadas e as doutrinas básicas de emprego. Na atualidade, as estratégias da Dissuasão, da Presença Seletiva, da Projeção de Poder e da Resistência são as principais opções adotadas no planejamento.

TECNOLOGIA DE PONTA DESENVOLVIDA NO EXÉRCITO

A criação do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), pelo Decreto nº 5.426, de 19 de abril de 2005, a partir da fusão das antigas Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Tecnologia da Informação, teve como propósito principal a integração das atividades de Ciência e Tecnologia da Força, outrora dispersas em diferentes órgãos de direção setorial.

A reestruturação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (SCTEx) envolve os seguintes processos: capacitação de recursos humanos; pesquisa básica e aplicada; desenvolvimento de novos materiais; produção; utilização ou operacionalização e avaliação.

No contexto do processo de avaliação dos Materiais de Emprego Militar (MEM), destacam-se os trabalhos realizados pelo Centro de Avaliação do Exército (CAEx), órgão diretamente subordinado ao DCT,

que se caracterizam por permitir ao EB maior eficácia e segurança na obtenção de MEM.

O CAEx tem a missão de avaliar os MEM de interesse da Força Terrestre e os Produtos Controlados pelo Exército (PCE) de interesse de uma parcela da sociedade brasileira. Dessa forma, o CAEx contribui para que os materiais voltados para as necessidades militares satisfaçam aos requisitos resultantes das condicionantes operacionais, bem como para que produtos destinados ao meio civil atendam às condições de segurança requeridas em sua utilização.

Em geral, o material a ser avaliado pode ser um protótipo ou um lote-piloto. A avaliação de protótipo tem a finalidade de comprovar se suas especificações técnicas e operacionais satisfazem aos requisitos resultantes da necessidade militar. A avaliação de lote-piloto visa verificar se as características técnicas e operacionais constatadas e aprovadas no protótipo são



*Nova tecnologia para o combate terrestre:
óculos de visão noturna.
(Projeto: CTEx – Fabricação: AGR – Avaliação: CAEx)*



*Desenvolvimento de novos produtos: Missil MSS 1.2
(Reengenharia: CTEx – Fabricação: Empresa MECTRON –
Avaliação: CAEx)*

fielmente reproduzidas pelos métodos e processos adotados na produção seriada.

Entre os MEM submetidos à avaliação, devem ser ressaltados: armamentos leves e pesados, munições, mísseis, equipamentos de proteção balística, viaturas militares, equipamentos de visão noturna, rádios e radares.

Em relação aos Produtos Controlados pelo Exército, destinados a órgãos de segurança pública e empresas da iniciativa privada voltadas para segurança, devem ser citados: coletes à prova de balas, blindagens para veículos de transporte de valores, blindagens para veículos de passeio, escudos balísticos, armas de uso civil, munições letais e não letais.

Outra atividade de avaliação de grande relevância é o exame de valor balístico e de desempenho de munições e explosivos de uso corrente pela Força Terrestre. Periodicamente, as munições estocadas nas Organizações Militares (OM) necessitam ser avaliadas com a finalidade de verificar se possuem desempenho eficaz e se satisfazem às normas de segurança

em vigor. Por essa razão, anualmente, o CAEx realiza ensaios em centenas de amostras de munição de armamentos pesados e leves oriundas de todas as Regiões Militares, indicando a possibilidade de utilização ou a necessidade de destruição.

Na avaliação de Materiais de Emprego Militar de interesse da Força Terrestre e de Produtos Controlados pelo Exército, é empregada a capacidade laboratorial do CAEx, única no país para produtos dessa natureza.

Com uma massa crítica altamente treinada e qualificada, composta de oficiais combatentes, engenheiros militares e servidores civis, o CAEx faz da sua atividade-fim, a avaliação, um instrumento de garantia de eficácia e de segurança.

Nesse sentido, essa tradicional OM contribui, no âmbito do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, para a pesquisa e desenvolvimento de novos armamentos, equipamentos e artefatos, caracterizando sua conformidade e oferecendo sugestões para o aperfeiçoamento; subsidia os órgãos do Exército responsáveis pela aquisição de materiais importados, avaliando-os previamente e certificando suas especificações técnicas e operacionais; apóia, ainda, na fiscalização de Produtos Controlados, realizando a avaliação técnica para a emissão da licença de fabricação; e



*Segurança do cidadão: Revólver .44 Magnum
(Projeto e fabricação: Taurus – Avaliação: CAEx)*



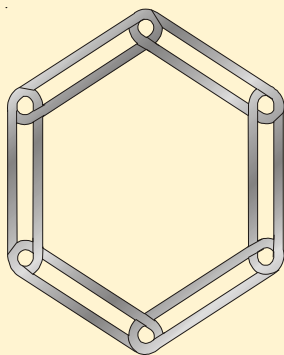
*Aprimoramento de material: Pistola .40
(Projeto e fabricação: Taurus – Avaliação: CAEx)*



*Adequação de equipamentos às necessidades da Força:
Rádio M3TR Portátil
(Especificação: DMCEI;
Projeto e fabricação:
Rohde&Schwarz;
Avaliação: CAEx)*

possibilita às Unidades da Força Terrestre a garantia de que munições e explosivos armazenados ou em utilização satisfazem a requisitos técnicos de segurança. —

A LOGÍSTICA NO



EXÉRCITO BRASILEIRO

EVOLUÇÃO DA LOGÍSTICA

Três possíveis significados do termo logística, embora surgidos em tempos e lugares distintos, complementam-se e dão sentido à definição contemporânea. O primeiro vem da Grécia antiga, onde “*logistikos*” significava habilidade de calcular. Mais tarde, “*logista*” era o termo em latim empregado nos impérios romano e bizantino para designar um administrador. Mais recentemente, a expressão francesa “*mar ch al des logis*”, estabelecida a partir do reinado de **Luis XIV**, designava a autoridade responsável por prover as facilidades de alojamento, fardamento e alimentação para as tropas nas marchas e acampamentos.

Se a origem do termo é controversa, é certo que o homem nunca prescindiu de uma estrutura de apoio à sua subsistência durante as jornadas de lutas que marcaram a história da humanidade. Desde os primórdios, quando cada soldado provia suas próprias necessidades valendo-se geralmente dos saques e pilhagens, até a atualidade, onde sofisticadas estruturas de pessoal e equipamentos dão suporte ao combatente na linha de frente, construiu-se verdadeira ciência, responsável por prever e prover os meios necessários a qualquer empreendimento.

A noção de um sistema de Apoio Logístico (Ap Log) regular e organizado vem da Suécia, onde, entre 1611 e 1632, o Rei **Gustavo Adolfo** reestruturou e modernizou a organização de suas forças com a criação de comboios de elementos que realizavam as atividades de suprimento e manutenção – os chamados “trens”. Esses comboios contavam com medidas especiais de proteção.

O termo Logística, como componente da ciência da guerra, surgiu na obra do estrategista militar **Antoine Henri Jomini**, em 1836. Segundo esse pensador, “a Logística é tudo, ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate”.

EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DA LOGÍSTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Quando o Brasil declarou guerra às nações do Eixo, em 1942, o aprestamento da Força Expedicionária

Brasileira, ainda em território nacional, durou cerca de um ano e meio e resultou em mudanças significativas para a Logística e para a Mobilização Nacional. A partir de então, adotou-se uma estrutura logística semelhante à dos norte-americanos.

Em 1959, foi criado o Quadro de Material Bélico com o objetivo de reunir, numa só especialidade, todos os oficiais que exerciam atividades voltadas à pesquisa, ao estudo, à fabricação, à recuperação, ao armazenamento e à manutenção do material de guerra química, instrumentos e equipamentos de observação e de tiro, viaturas, combustíveis e lubrificantes. A partir daí, o Material Bélico e a Intendência, criada em 1920, substituíram a improvisação pela experimentação científica e pelo acompanhamento doutrinário das atividades logísticas.

O desenvolvimento industrial brasileiro, na segunda metade do século XX, permitiu a adoção de uma logística militar terrestre de cunho eminentemente nacional. Nesse período, materiais de emprego militar passaram a ser desenvolvidos no País e mudaram-se as estruturas e concepções logísticas, tornando-as coerentes com a modernização da doutrina de emprego da Força Terrestre. Os marcos desse período são a criação da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), do Departamento-Geral de Serviços (DGS) e do Departamento de Material Bélico (DMB) e, no início dos anos 70, dos batalhões logísticos, que substituíram as companhias médias e leves de manutenção.

Em 1986, a Concepção Estratégica do Exército (SIPLEX-4) estabeleceu novo enfoque para a Logística com a criação do Comando Logístico (COLOG) na Zona do Interior e do Comando Logístico e de Mobilização do Núcleo Central (CLMNC), além dos Comandos de Zona de Administração e dos Distritos Logísticos.

Pouco depois, novos estudos resultaram na adoção da Organização Básica do Exército (OBE), datada de 1988. A partir daí, deixou de existir o Apoio Administrativo e foi adotada uma definição sistêmica de Logística, com novas estruturas. Nesse conceito, o Sistema Logístico passou a ser constituído pelos subsistemas

Comando Logístico, Logística Organizacional e Logística Operacional.

Coerentemente com a nova definição, a Logística Operacional passou a ser integrada pelas atividades de Saúde, Suprimento, Manutenção, Construção, Transporte e Pessoal. O ciclo de manuais dessa série tornou-se um marco no pensamento doutrinário logístico da Força Terrestre.

No final do Século XX, em resposta às necessidades de integração e racionalização dos meios logísticos, o Exército Brasileiro extinguiu o DMB e o DGS e criou o Departamento Logístico (D Log). O novo órgão de direção setorial passou a gerenciar, de forma centralizada, as funções logísticas de Manutenção, de Suprimento e de Transporte e unificou a atividade de mobilização de material e de serviços.

O antigo conceito, baseado na organização do Sistema Logístico por serviços técnicos, deu lugar à nova concepção estrutural por atividades funcionais. Essa mudança quebrou paradigmas e mostrou a necessidade da alteração de procedimentos e de atitudes e da revisão completa da base legal e documental de apoio às atividades logísticas.

ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO

A Diretoria de Manutenção (D Mnt) planeja, integra, coordena e controla as tarefas relacionadas à manutenção dos materiais e itens completos das classes de suprimento listadas abaixo:

- Classe I - Material de Subsistência;
- Classe II - Material de Intendência;
- Classe III - Combustíveis e Lubrificantes;
- Classe V - Armamento e Munição;
- Classe VI - Material de Engenharia;
- Classe VIII - Material de Saúde;
- Classe IX - Material de Motomecanização; e
- Classe X - Material não incluído nas outras classes.

O órgão normativo e provedor do Sistema de Manutenção é a D Mnt. Os Comandos de Regiões Militares são os órgãos de controle. Os Parques Regionais de Manutenção – Organizações Militares de Manutenção (OM Mnt) – realizam as tarefas corretivas de alta complexidade enquanto que os Batalhões Logísticos, as Bases Logísticas e as Companhias de Manutenção executam as tarefas de média complexidade para as OM apoiadas, as detentoras do Material de Emprego Militar, e distribuem suprimentos. O Sistema se completa com a atuação das OM provedoras – os Batalhões e Depósitos de Suprimento.

O fluxo de informações e de execução das atividades varia de acordo com a classe do material, obedecendo, porém, ao escalonamento dos níveis de complexidade da manutenção.

A estrutura logística para atender às necessidades de manutenção do material empregado em operações de paz é idêntica àquela para atender às necessidades em



A LOGÍSTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

território nacional. Dessa forma, o fluxograma logístico varia segundo as funções logísticas. Basicamente, as necessidades logísticas são encaminhadas à D Mnt pelo D Log. A partir das necessidades apresentadas, a D Mnt levanta as possibilidades de apoio, define a OM executora e repassa os recursos necessários. Algumas peculiaridades das operações de paz, tal como a distância de apoio, exigem minucioso planejamento daquelas necessidades, que envolvem todas as fases do ciclo de vida do material (aquisição, recebimento, estocagem e distribuição), a fim de manter elevada a operacionalidade da tropa empenhada.

ATIVIDADE DE SUPRIMENTO

A atividade funcional de suprimento, encargo fundamental da Diretoria de Suprimento (DS), compreende a gerência, em proveito da Força Terrestre, de largo e denso espectro de materiais de emprego militar. Tal diversificação demanda a permanente atenção de todas as seções da DS e a perfeita coordenação de seus trabalhos, com vistas a atender aos grandes pontos focais de sua missão: a previsão e a provisão dos suprimentos necessários ao funcionamento de todas as OM do Exército. Para isso, conta com 15 Depósitos/Batalhões de Suprimento, localizados nas diversas Regiões Militares, que são os órgão provedores.

Os dois focos encerram processos de planejamento e de execução com variados graus de complexidade. Esse fato exige constante atualização dos dados e dos parâmetros orientadores das decisões referentes à obtenção, ao armazenamento e à distribuição dos artigos a seus usuários finais, para evitar que ocorram as indesejáveis interrupções e irregularidades no fluxo de suprimento.

A DS teve participação destacada no planejamento e preparação do material de emprego militar e do suprimento necessários ao Batalhão de Infantaria e à Companhia de Engenharia enviados ao Haiti para compor a força de paz da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

ATIVIDADES DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DO MATERIAL DE COMUNICAÇÕES

No processo de reestruturação do Exército Brasileiro, as atividades de suprimento e manutenção do material de Comunicações Táticas (material de características militares), antes afetas à Diretoria de Suprimento e à Diretoria de Manutenção, respectivamente, passaram a ser de responsabilidade da Diretoria de Material de Comunicações, Eletrônica e Informática (DMCEI). Com a extinção da Secretaria de Tecnologia da Informação, essa Diretoria passou a integrar o D Log.

Assim, a partir de janeiro do corrente ano, reuniram-se em um único Órgão de Direção Setorial (ODS) as atividades logísticas referentes às Comunicações Táticas (material de características militares), às

Comunicações Estratégicas (material de características civis), à Eletrônica (material de cine, vídeo, foto e som), à Guerra Eletrônica e à Informática, tudo em conformidade com a diretriz do Comandante do Exército de reunir no D Log as atividades logísticas que permaneciam subordinadas a outros ODS.

Desde 2002, por intermédio do Projeto de Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército Brasileiro (Projeto 5375), a Força vem investindo na aquisição de material de comunicações de moderna tecnologia. Podemos citar, como exemplo, os Sistemas Celulares TETRA e os Sistemas de Integração HF-VHF.

Os Sistemas Celulares TETRA, que atualmente atendem aos Comando Militar do Sudeste, Comando Militar do Planalto e Comando Militar do Nordeste, são constituídos por equipamentos de características civis, transportáveis e destinados, basicamente, ao emprego em missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Já os Sistemas de Integração HF-VHF são constituídos pela integração de conjuntos-rádio não militarizados por intermédio de modems, repetidoras, *notebooks* e outros equipamentos. Destinam-se, também, ao emprego em missões de GLO. Um desses sistemas está sendo operado pela Força de Paz no Haiti.

ATIVIDADES DE SUPRIMENTO, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE DO MATERIAL DE AVIAÇÃO

Na atual estrutura do Exército Brasileiro, a Diretoria de Material de Aviação do Exército (DMAvEx) tem por missão superintender as funções logísticas de suprimento, manutenção e transporte do material de aviação e de qualquer outro relacionado especificamente à Aviação do Exército (AvEx), para garantir a operacionalidade desse importante segmento da Força Terrestre, contribuindo para seu emprego em benefício da Força. Como órgão de apoio técnico-normativo do D Log, está incumbida de prever e prover, nos campos das funções logísticas de suprimento, manutenção e transporte, os recursos necessários para a implementação das atividades inerentes a tais funções.

A função logística manutenção, preponderante para a AvEx, é executada, primordialmente, pelo Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército e complementada por diversas empresas nacionais e estrangeiras, sob a coordenação da DMAvEx. Nessa função, destaca-se a obrigatoriedade da total observância aos parâmetros de qualidade preconizados pelos fabricantes das aeronaves no que se refere à origem do suprimento, ao treinamento de pessoal, à aferição de ferramentas, ao controle de atualização da documentação técnica e à validade de produtos perecíveis utilizados, bem como de qualquer outro insumo.

Aquele Batalhão realiza, também, a função logística suprimento, tendo por principal órgão provedor o

Depósito Especial. Trata-se de entreposto aduaneiro que recebe e armazena suprimentos de aviação vindos do exterior (primordialmente da França) e que somente são nacionalizados no momento de sua aplicação nas aeronaves. Tal sistemática, entre outras práticas empregadas, possibilita o judicioso emprego de recursos financeiros, fundamental para a manutenção da disponibilidade das aeronaves para o voo.

A função logística transporte é realizada, essencialmente, por empresas civis contratadas, especializadas em transporte de material aeronáutico. Quando possível, esse mister é realizado com os meios existentes do Exército e da Força Aérea Brasileira.

ATIVIDADE DE TRANSPORTE E MOBILIZAÇÃO

A Diretoria de Transporte e Mobilização (D T Mob) é o órgão de apoio técnico-normativo do D Log incumbido de:

- prever e prover, no campo da atividade logística de transporte, os recursos e serviços de sua competência necessários ao Exército;
- realizar, com base nas diretrizes e instruções dos escalões superiores, todas as atividades relativas à mobilização industrial, de material, de serviços, de instalações e de transporte, de forma permanente e constantemente atualizada, assim com as de desmobilização.

A D T Mob é originária da transformação da Diretoria de Transporte, ocorrida em novembro de 2000, quando da criação do D Log. É responsável pelo transporte logístico de superfície no Exército, realizado por intermédio das Organizações Militares Executoras de Transporte (OMET) – Estabelecimento Central de Transporte (Rio de Janeiro-RJ), Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (Manaus-AM), Depósitos e Batalhões de Suprimento e Bases Logísticas – que distribuem suprimentos de todas as classes e transportam material de emprego militar e animais para os quartéis em todas as regiões do País.

As OMET atuam regionalmente, com destaque para o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA), que utiliza as vias fluviais daquela região para o transporte de material e suprimentos aos rincões mais distantes da Amazônia Ocidental. Apenas o Estabelecimento Central de Transporte (ECT), sediado no Rio de Janeiro, realiza o transporte logístico em âmbito nacional, de acordo com seu Plano de Viagens Anual. Destacam-se, dentre outros, o transporte de viaturas blindadas e do material de artilharia

para atender ao Plano Básico de Estruturação do Exército quanto à organização, transferência e criação de Organizações Militares, e o transporte do material da Força de Paz empregada na MINUSTAH.

No que se refere à mobilização, a D T Mob promove a capacitação de pessoal e mantém bancos de dados para o cadastramento de meios de transporte e de distâncias, buscando, permanentemente, integrar o trabalho realizado nessa sensível área pelas Regiões Militares. ➡

“A Logística é tudo, ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate”.

Antoine Henri Jomini, 1836



NO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 2005

A atual conjuntura mundial exige um incremento no relacionamento do Brasil com os países vizinhos e um estreitamento dos laços de amizade com todas as nações. Nesse contexto, os intercâmbios militares têm um papel importante na busca da cooperação entre os exércitos nacionais, principalmente no âmbito sul-americano. Além disso, esse tipo de atividade visa o aperfeiçoamento constante do profissional militar, o reforço da projeção internacional do Exército Brasileiro (EB) e uma maior aproximação com nações amigas.

A tarefa de coordenação de intercâmbios dentro do EB compete ao Estado-Maior do Exército (EME), em especial à Seção de Assuntos Internacionais da 5ª Subchefia, que abrange, fundamentalmente, duas grandes áreas: a inserção do Exército no cenário internacional, de acordo com as suas possibilidades e interesses, em apoio à Política Externa Brasileira; e o trato das questões relacionadas à participação em missões de paz. A primeira grande área será abordada aqui com maior ênfase, principalmente os intercâmbios militares, que englobam cursos, estágios e visitas a nações amigas.

Anualmente, é elaborado um plano de atividades com base em estudos e pareceres que respaldam as iniciativas do EB em seu relacionamento externo e na realização de intercâmbios, visitas e encontros internacionais. Esses estudos e pareceres podem originar entendimentos bilaterais entre os exércitos, estabelecidos em conferências e reuniões, como as Conferências Bilaterais de Estado-Maior, as Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar, as Reuniões de Coordenação Militar e a Conferência dos Exércitos Americanos.

As Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), cujas organização e execução competem à 5ª Subchefia do EME, são encontros bilaterais realizados a cada biênio entre representantes do EB e de nações amigas, alternando-se o exército anfitrião. Delas originam-se os entendimentos que dão margem a constantes intercâmbios militares.

As Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) são encontros bilaterais realizados nas regiões de fronteira entre o EB e os exércitos dos países vizinhos, alternando-se, a cada ano, o exército anfitrião. Apesar de promovidas pelos Comandos Militares de Área, são também coordenadas pela 5ª Subchefia do EME.

As Reuniões de Coordenação Militar (RCM), voltadas para a área de Inteligência, são encontros bienais, entre o EB e os exércitos sul-americanos, que se alternam com as CBEM. São promovidas pelo Centro de Inteligência do Exército e coordenadas pela 2ª Subchefia do EME.

A Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), a cada biênio, é de responsabilidade de um país previamente eleito. A coordenação dessa atividade também está a cargo da 5ª Subchefia do EME.

A partir de conferências como essas, chega-se a entendimentos para a realização de diversas atividades militares em exércitos de nações amigas, o que dá origem aos planos de cursos e estágios e planos de visitas. Tais planos prevêm eventos envolvendo militares brasileiros em nações amigas e militares estrangeiros no Brasil.

Na área de cursos, destacam-se os de maior duração, como os de mestrado e doutorado no exterior, em áreas de interesse para o EB, e os de Comando e Estado-Maior em nações amigas. Da mesma forma, existe a possibilidade de realização de cursos de curta duração, como os de Operações Psicológicas e os de Inteligência. Há ainda a possibilidade de realização de estágios, podendo ser citados, como exemplos, o Estágio de Segurança Nacional Militar, na China, e o Estágio de Formação de Instrutores de Guerra na Selva, realizado na Guiana Francesa.

Para o corrente ano, cerca de 60 atividades para militares brasileiros – tanto para oficiais como para subtenentes e sargentos – foram previstas no Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA). De forma recíproca, o EB ofereceu cerca de 95 ativida-

des semelhantes no Brasil para militares estrangeiros. Esses cursos e estágios são coordenados pela 1ª Subchefia do EME.

No Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA) de 2005 foram previstas cerca de 120 atividades, entre elas conferências, comissões, seminários e reuniões em diferentes áreas de interesse do EB; intercâmbios de cadetes, sargentos e oficiais de diferentes estabelecimentos de ensino ou unidades; e visitas técnicas e viagens de estudos em áreas específicas. Para fins de exemplificação dessas atividades, podem ser citados o 22º Intercâmbio Doutrinário, ocorrido entre o EB e o Exército dos Estados Unidos da América, e o Intercâmbio de Informações Doutrinárias, realizado com o Exército da Espanha – ambos sob coordenação da 3ª Subchefia do EME.

O Intercâmbio Doutrinário (ID) é um programa de intercâmbio bilateral realizado anualmente e com alternância de responsabilidade e de sede. A comitiva participante é chefiada por um oficial-general e constituída de oficiais superiores.

O Intercâmbio de Cooperação de Especialistas (ICE) é um programa de intercâmbio que contempla oficiais e praças especialistas em determinada área. Surgiu da necessidade de aprofundar a troca de conhecimentos e informações iniciada por ocasião do Intercâmbio Doutrinário.

Além disso, também é prevista no PVANA a participação de militares em campeonatos e competições internacionais, como o XVII Campeonato Mundial Militar de Hipismo, realizado em Buenos Aires, Argentina. Cerca de 20 militares brasileiros, oficiais e praças, representaram o EB naquela oportunidade.

Há, também, um acompanhamento cerrado de instrumentos emanados de organismos internacionais, em especial os relacionados ao Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) e ao desarmamento, como, por exemplo, a Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas (CPAB), a Convenção Sobre Certas Armas Convencionais (CCAC), a Convenção sobre a Proibição de Minas Antipessoal e o Grupo de Peritos do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR).

No trato das questões relacionadas a missões de paz, sob a égide da ONU ou de outros organismos internacionais, são previstos o acompanhamento e a participação em exercícios, seminários e em outras atividades ligadas ao intercâmbio de conhecimentos. Um exemplo de exercícios de operação de manutenção de paz (que englobam as participações de diferentes exércitos nacionais e visam o aprimoramento das forças para possíveis missões de paz) ocorreu em julho de 2005 em Brasília, sob a coordenação do Comando de Operações Terrestres (COTER), envolvendo quase todos os países americanos.

Todas essas atividades internacionais, que englobam cursos, estágios, visitas e intercâmbios, são concebidas e planejadas visando o aperfeiçoamento do profissional militar, preocupação constante do EB. Visam, ainda, o estreitamento dos laços de cooperação e amizade entre nações amigas, contribuindo para um cordial relacionamento entre seus exércitos.

Em 2005, ocorreram CBEM com os seguintes países:



Em 2005, ocorreram RRIM com os seguintes países:



RESULTADOS E ENSINAMENTOS COLHIDOS DOS INTERCÂMBIOS DE 2005

Intercâmbios Doutrinários e Intercâmbios de Cooperação de Especialistas (ICE) entre os Exércitos do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA)

• ICE sobre o Sistema Operacional de Defesa Antiaérea

A atividade desenvolveu-se no período de 18 a 22 de julho de 2005, no *Fort Bliss*, Texas-EUA, visando colher subsídios para o aperfeiçoamento do Sistema Operacional de Defesa Antiaérea nacional. A delegação brasileira foi composta por três oficiais superiores e um capitão. A dos EUA por cinco oficiais superiores e dois civis.

Ambas as delegações apresentaram palestras sobre a ação no terreno das respectivas Artilharias Antiaéreas, novos equipamentos, tecnologia aplicada e formação do oficial e do sargento artilheiros.

• ICE sobre o Emprego de Meios de Defesa Química, Biológica e Nuclear (DBQN)

No período de 1º a 05 de agosto de 2005, aconteceu, no *Fort Leonard Wood*, Missouri-EUA, o ICE sobre o emprego de meios DBQN com a finalidade de trocar informações e experiências relativas ao setor. Entre outros dados, observou-se que, no Exército dos EUA, diferentemente do EB, os militares que desenvolvem as atividades de defesa QBN são da Arma de Química e fazem parte do Corpo Químico. Este é composto pela Unidade Química de Reconhecimento, Unidade de Descontaminação e Unidade de Identificação e de Detecção Biológica. No total, esse Corpo é integrado por mais de 20.000 homens, sendo que 63% desse efetivo é composto por militares da reserva.

• ICE sobre Ação Cívico-Social (ACISO) em Apoio às Operações Militares

Realizado no período de 08 a 11 de agosto de 2005, no 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Petrolina-PE, com a presença de oito oficiais do EB e de quatro oficiais e um funcionário civil do Exército dos EUA.

Os EUA priorizaram temas relacionados às ações das equipes de assuntos civis e de ACISO no Iraque.

Já a Força Terrestre abordou o cumprimento de ações subsidiárias, a cooperação com o desenvolvimento nacional e as operações de defesa civil.

• ICE sobre a Formação e o Aperfeiçoamento do Sargento

O evento ocorreu no período de 29 de agosto a 1º de setembro de 2005, no Rio de Janeiro (RJ). Oficiais e praças integraram ambas as equipes do ICE.

Ao final das palestras e debates, alguns aspectos relevantes foram levantados:

- o sargento *major* é a graduação que os melhores e mais bem conceituados sargentos norte-americanos podem atingir; apenas uma pequena porcentagem dos praças consegue alçar-se a essa graduação;
- não existe promoção por antiguidade, todas as promoções dos sargentos são em decorrência do desempenho funcional e da demonstração de potencial para assumir cargos de maior responsabilidade;
- o sargento pode ascender rápida ou lentamente, de acordo com a sua competência profissional e seu desempenho;
- o graduado que permanece muito tempo exercendo funções burocráticas tem sua carreira comprometida no tocante à promoção. Para acelerar suas promoções ele terá de servir em corpo de tropa;
- o militar pode ser rebaixado de posto ou graduação como punição disciplinar;
- devido às importantes funções que exerce, o sargento norte-americano tem um comprometimento bastante acentuado com a instituição. Costuma-se dizer que uma de suas funções é garantir o sucesso do oficial no seu comando;
- diferentemente do sargento brasileiro, o norte-americano não tem acesso ao oficialato, ele será praça do início ao fim da carreira;
- a estrutura de pagamento dos militares permite que o oficial ou praça que estiver exercendo cargo ou função privativa de posto ou graduação superior à sua perceba os vencimentos relativos ao posto ou graduação correspondente à função;
- durante toda a carreira, não existe estabilidade assegurada. Se o militar não demonstrar capacidade,



Intercâmbio de Oficiais do Chile no EME



Intercâmbio Doutrinário



VI Conferência Bilateral de E

seu desempenho não for satisfatório ou se a Força, por algum motivo, precisar diminuir seu efetivo, ele poderá ser demitido em qualquer época; e

- no Exército Norte-Americano o sargento pode atingir o ápice da carreira entre 18 e 22 anos de serviço. No EB, o graduado atinge seu ápice, que seria o posto de capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais, entre 30 e 32 anos de serviço.

Intercâmbios de Informação Doutrinária

• **Visita de intercâmbio de Oficiais do Chile e do Equador ao Estado-Maior do Exército (EME)**

Com o objetivo principal de conhecer a organização e o funcionamento do sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), bem como o funcionamento de sistemas para o treinamento individual e coletivo, o EME recebeu, no período de 26 a 28 de julho de 2005, uma delegação composta por dois coronéis chilenos. Posteriormente, de 30 de agosto a 1º de setembro, o Órgão de Direção Geral também recebeu uma delegação composta por um general e quatro oficiais do Exército equatoriano.

Ambas as delegações assistiram a palestras sobre a participação do COTER na aplicação e no desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre, sobre o preparo e emprego da Força Terrestre e sobre o preparo da Força de Paz. Os visitantes também conheceram diferentes Organizações Militares do EB e algumas de suas particularidades.

• **Intercâmbio de Informações Doutrinárias de Guerra Eletrônica**

Realizado no período de 10 a 14 de outubro de 2005, em Santiago, no Chile, esse ICE teve a finalidade de trocar informações e experiências sobre Guerra Eletrônica (GE), bem como de analisar a metodologia para a geração da inteligência técnica e o processo de integração da GE à manobra.

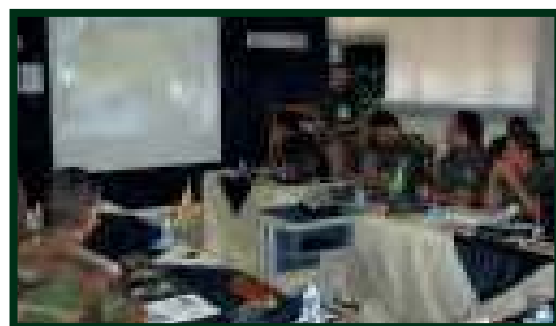
Foram abordadas áreas que não estão disponíveis em fontes de informações abertas e sobre as quais a troca de conhecimentos só acontece por meio da integração bilateral de especialistas.

Pôde-se evidenciar a convergência dos procedimentos doutrinários e das metodologias de trabalho para geração de inteligência técnica e emprego das Unidades de GE nos dois exércitos, apesar da formação particular de cada um deles.

Por fim, observou-se que existe uma convergência de procedimentos que permite vislumbrar a possibilidade de crescimento da doutrina de GE com o auxílio mútuo entre Brasil e Chile. —



ICE sobre ACISO



*XVIII Reunião Regional de Intercâmbio Militar
Brasil-Venezuela*



ICE sobre o Sistema Operacional de Defesa Antiaérea



ICE de Informações Doutrinárias de Guerra Eletrônica



Estado-Maior Brasil-Argentina



ICE sobre Formação e Aperfeiçoamento do Sargento



Intercâmbio de Oficiais do Equador no EME

A CARREIRA MILITAR: CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO

A profissão militar é uma carreira de Estado cujas peculiaridades geram reflexos significativos e marcantes sobre a vida do brasileiro que se dedica à nobre tarefa de defender a Pátria. Dentre essas especificidades podem ser destacadas: a dedicação exclusiva; a disponibilidade permanente; a sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia; a necessidade de vigor físico; a proibição de participar de atividades políticas, de sindicalizar-se e de participar de movimentos reivindicatórios; a mobilidade geográfica; o risco de vida.

A hierarquia e a disciplina constituem a base institucional das Forças Armadas e, por isso, influenciam diretamente a vida e a carreira de seus integrantes. A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas, realizada por postos ou graduações, conforme se trate, respectivamente, de oficiais ou de subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Ao longo da carreira, o militar ocupa diversos cargos, definidos como conjuntos de atribuições, deveres e responsabilidades perfeitamente estabelecidos na legislação e compatíveis com seu grau hierárquico. O provimento desses cargos com pessoal militar implica o atendimento de requisitos de grau hierárquico e da qualificação exigida para seu desempenho.

No Exército Brasileiro, o cidadão, após prestar concurso público que lhe permite o acesso a uma das diversas vertentes da carreira militar, passará por processo de formação que poderá chegar a cinco anos, dependendo da linha de ensino seguida. Ao término desse período, será declarado oficial, aspirante-a-oficial ou sargento e classificado em uma Organização Militar, na qual desempenhará as funções para as quais foi habilitado durante o período de formação.

Todos os militares brasileiros passam por diversos cursos ao longo de suas carreiras. No Exército

Brasileiro, os estabelecimentos de ensino (EE) responsáveis pela formação de oficiais das diversas Armas, Quadros e Serviços, são a Academia Militar das Agulhas Negras, o Instituto Militar de Engenharia, a Escola de Saúde do Exército e a Escola de Administração do Exército. Já a Escola de Sargentos das Armas, a Escola de Instrução Especializada, a Escola de Material Bélico, a Escola de Comunicações e o Centro de Instrução de Aviação do Exército formam os sargentos das diversas Qualificações Militares. Nesses EE,





os militares são submetidos a rigorosos testes de avaliação, que abrangem os campos intelectual, psicológico, físico, moral, disciplinar e de aptidão específica para a carreira.

Após a formação, o aprimoramento do conhecimento é uma tônica na Força. Para isso, o Exército Brasileiro dispõe de 66 cursos de especialização para oficiais e 76 para sargentos; oito cursos de extensão para oficiais e seis para sargentos; 47 estágios para oficiais e 32 para sargentos, abrangendo diversas áreas do conhecimento humano e com aplicação direta na atividade militar. Em uma fase intermediária da carreira, ocorre ainda o aperfeiçoamento de oficiais e praças, realizado, respectivamente, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

Ao longo da carreira, o militar ascenderá, hierarquicamente e funcionalmente, em decorrência dos cursos realizados e de seu desempenho profissional. Cabe ressaltar que, além disso, a carreira militar é regida por um Plano de Carreira bem definido, que proporciona ao profissional militar visualizar sua vida enquanto na ativa.

O militar brasileiro tem a oportunidade de viver e trabalhar nas mais diversas regiões do Brasil. Designado para servir de Norte a Sul e de Leste a Oeste do País, o profissional militar vivencia costumes e idiosincrasias próprias aos naturais dessas regiões, tornando-se um cidadão privilegiado pela riqueza de experiências colhidas ao longo da vida.

É importante ressaltar que a vida familiar do militar é diretamente influenciada pelas características da profissão. Os desafios e dificuldades colocam-se para o cônjuge e os filhos, que têm seus estudos, suas amizades e perspectivas profissionais afetados pelas constantes movimentações do militar. Nesse sentido, o Exército Brasileiro vem desenvolvendo medidas para mi-

nimizar as dificuldades sofridas pela Família Militar, a exemplo de convênios com instituições de ensino e construção de próprios nacionais residenciais.

Atualmente, o Exército Brasileiro busca aperfeiçoar e consolidar a legislação que regula a carreira dos oficiais e praças e os sistemas de promoções e de valorização do mérito, de forma a manter o fluxo regular e contínuo de ascensão profissional de seus quadros. Além disso, encontram-se em estudo formas de valorizar cada vez mais as carreiras dos oficiais, subtenentes e sargentos, a fim de que, motivados, eles venham a crescer profissionalmente e a aumentar a eficiência e eficácia do Exército Brasileiro.

Por fim, cabe ressaltar que a carreira militar possibilita ao cidadão brasileiro que aceitou o desafio de ser um integrante das Forças Armadas a oportunidade de crescimento profissional e pessoal por meio da qualificação constante e da oportunidade de vivenciar experiências únicas no País e no exterior. Contudo, igualmente exige, de todos os militares, uma postura ética irrepreensível e a dedicação exclusiva aos interesses maiores da Instituição e do País. —



A MULHER VERDE-OLIVA NO CÉU DO BRASIL

O Curso Básico Pára-quedista tem a duração de seis semanas e visa habilitar oficiais, subtenentes e sargentos para o desempenho dos cargos e funções de pára-quedista militar nas organizações militares da Brigada de Infantaria Pára-quedista e da Brigada de Operações Especiais. Além da preparação física, o Curso desenvolve em seus alunos qualidades como autoconfiança, combatividade, coragem, decisão, equilíbrio emocional, resistência e rusticidade.

A Tenente **Paula Raquel da Silva Bittencourt**, do Destacamento de Saúde Pára-quedista e a Tenente **Ivi Costa Rocha dos Santos**, da 20ª Companhia de Comunicações Pára-quedista, são as primeiras integrantes do segmento feminino do Exército Brasileiro a concluir o Curso Básico Pára-quedista e qualificarem-se como pára-quedistas militares. Após intenso treinamento físico e técnico na área de estágio do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil, as oficiais realizaram o primeiro salto no dia 20 de fevereiro e foram brevetadas no dia 02 de março de 2006.

A emoção e o orgulho pela conquista inédita foram traduzidos pela Tenente **Paula Raquel**, que conclamou as mulheres de nosso Exército a seguirem os passos das pioneiras: “Venham acreditando que é possível. Agora será mais fácil, pois nós abrimos o caminho”.

Aproveitando o momento histórico, a Revista **Verde-Oliva** entrevistou as primeiras militares pára-quedistas do segmento feminino do Exército Brasileiro (EB).

VO – Por que você se interessou em tornar-se pára-quedista do Exército Brasileiro?

Ten **Ivi** – Quando cheguei na Brigada de Infantaria Pára-quedista, em março de 2004, não tinha idéia do que era o Curso Básico Pára-quedista. Nossos instrutores sempre perguntavam em forma (durante o Estágio de Adaptação e Serviço, realizado na Brigada) quem era voluntário a fazer o curso. Não tínhamos noção de como era o curso e que também não existiam mulheres militares pára-quedistas. A turma do Estágio era mista, então três mulheres sempre levantavam o braço (eu, **Paula** e **Cristiane**) e alguns homens também. Os instrutores e monitores riam e não entendíamos. Depois ficamos sabendo que não aceitavam mulheres e que havia sim certo preconceito ou quem sabe preocupação por parte deles de que as mulheres pudessem quebrar a mística pára-quedista. Eles estavam brincando com a gente quando faziam a pergunta e não imaginavam que uma mulher conseguisse superar todas as dificuldades. Isso serviu como um estímulo para mim, um desafio, principalmente por estar ali e não poder exercer a atividade aeroterrestre. Vê-los saltando

era muito estimulante, ainda mais quando subimos num C-130 e assistimos um salto livre. Sentir o motor, ver a paisagem e poder ser igual a qualquer um ali na Brigada era meu objetivo. Quaquer voluntário para fazer o curso e que consegue completá-lo pode participar plenamente das atividades, sentir-se inserido. O Gen da Brigada, Gen **Mattos**, nos estimulou logo que terminamos o EAS e começamos a trabalhar em nossas Unidades. Eu no Comando da Brigada, **Paula** no Destacamento. Quase um mês depois, começamos o treinamento.

VO – Qual a preparação física prévia a que vocês se dedicaram para a realização do Curso Básico Pára-quedista, em boas condições?

Ten **Paula Raquel** – Um mês e meio antes da realização dos testes de entrada, com a orientação de um instrutor de educação física, comecei a treinar corrida e pista de cordas, todos os dias.

Ten **Ivi** – Treinávamos todos os dias. Fizemos uma preparação, que chamamos de pré-área. Realizávamos um treinamento específico na pista de cordas, e praticávamos musculação, corrida contínua e “canguru” a quatro tempos para o fortalecimento dos grupos musculares dos braços, pernas e abdômen.

VO – Vocês já haviam saltado antes, como civis? Praticavam o pára-quedismo esportivo?

Ten **Paula Raquel** – Nunca

Ten **Ivi** – No dia 29 de dezembro de 2005, fiz um salto duplo com o chefe da Equipe de Salto-Livre da Brigada. Nunca pratiquei pára-quedismo esportivo.





VO – Durante o Curso, alguma atividade da fase física ou técnica as fez pensar em desistir? Por quê?

Ten **Paula Raquel** – Apesar do intenso cansaço físico, tinha como meta terminar o Curso e, como não tive nenhum problema de saúde no decorrer da área, consegui concluí-lo.

Ten **Ivi** – Não. Em nenhum momento pensei em desistir. Tive dificuldade em ultrapassar um obstáculo da pista de cordas, mas superei e consegui completá-la. Tudo depende do treinamento, na fase técnica principalmente. O adestramento massifica os procedimentos corretos. E, na fase física, também é importante estar bem preparada para superar os desafios da área de estágios.

VO – Por serem mulheres, os instrutores e monitores do Curso trataram vocês de forma diferenciada?

Ten **Paula Raquel** – Não, o tratamento era igual, não tínhamos privilégios por sermos mulheres.

Ten **Ivi** – Sim, somos mais cobradas, e colocadas mais à prova. Um aluno definiu a nossa presença de uma maneira bastante interessante: "para-raio". Pois os alunos ao nosso

redor eram esquecidos, o foco ficava realmente em nós. A pressão psicológica faz parte do Curso e ressalta os atributos da área afetiva. O combatente pára-quedista deve ser equilibrado, suportar adversidades e obter sucesso com rapidez diante de qualquer dificuldade. Não há tempo para dúvidas ou indefinições, temos que raciocinar rápida e corretamente. Imagine lançar-se de uma aeronave em voo, equipada com mochila e fuzil, em território inimigo para conquistar e manter uma cabeça de ponte aérea, com suprimento e munição para 72 horas de combate. O militar precisa estar muito bem preparado física e psicologicamente.

VO – Como são pioneiras do segmento feminino militar no pára-quedismo, estão pensando em realizar algum outro curso combatente do Exército, antes destinado exclusivamente aos homens?

Ten **Paula Raquel** – Sim, pretendo fazer o Estágio de Salto-Livre.

Ten **Ivi** – Já fiz o estágio de Transporte Aéreo. Agora, penso em fazer os Cursos de Mestre de Salto e de Montanhismo, o Estágio de Salto-Livre e, quem sabe, fazer o Curso de Dobra-gem e Manutenção de Pára-quedas e Suprimento pelo Ar ou o de Precursor Pára-quedista.

VO – Você é oficial temporária. Teria interesse em tornar-se oficial de carreira, a fim de continuar nos quadros do Exército e realizar novas conquistas?

Ten **Paula Raquel** – O meu maior desejo, agora, é me tornar oficial de carreira. Desde quando entrei no EB, em 2004, tinha como meta passar no concurso para a Escola de Saúde do Exército.

VO – Qual a mensagem que vocês gostariam de transmitir aos companheiros do segmento masculino que concluíram a Área de Estágios com vocês?

Ten **Paula Raquel** – Gostaria de agradecer, pois todos me acolheram e, por muitas vezes, me apoiaram, incentivando-me e me fazendo acreditar que eu era capaz de conseguir.

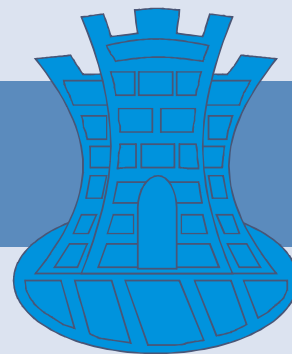
Ten **Ivi** – Gostaria de agradecer a força, o apoio. Era muito importante olhar em seus olhos e sentir o companheirismo. A amizade conquistada na adversidade dura para sempre. 🌿

A Equipe da Revista Verde-Oliva as cumprimenta pelo objetivo conquistado. Sentimos muito orgulho das primeiras mulheres pára-quedistas do nosso Exército. Parabéns, Tenentes!



DE CONSTRUÇÃO

ENGENHARIA



A Arma de Engenharia teve sua origem no Exército Português. A vinda de D. **João VI** para o Brasil, fugindo das tropas de Napoleão, impôs a necessidade de reforçar as fortificações, que existem até os dias de hoje, em pontos estratégicos do litoral brasileiro e nos trechos mais ermos da fronteira. Para esse projeto, houve a convocação dos melhores nomes da engenharia portuguesa, que acabaram por constituir o embrião da engenharia militar brasileira. Da natureza de seu trabalho, surgiu o símbolo da Arma – o tradicional “castelo”. Em 1855, foi criada a primeira unidade de Engenharia de Construção – o Batalhão de Engenheiros – que, posteriormente, foi transformado em 1º Batalhão Ferroviário (B Fv). Naquele mesmo ano, o 1º Batalhão de Engenharia recebeu a missão de construir uma estrada de ferro ligando o noroeste paranaense ao Estado de Mato Grosso. Após um ano de trabalho, a tarefa foi concluída e a Unidade recebeu outra missão: “construir os aquartelamentos e residências da Vila Militar no Rio de Janeiro”. Em 1880, a Lei Federal nº 2.911, de 21 de setembro, previa o emprego da Engenharia “na construção de estradas de ferro, de linhas telegráficas estratégicas e em outros trabalhos de engenharia pertencentes ao Estado”. Outros batalhões de construção foram criados ao longo dos anos e, atualmente, a Engenharia de Construção estrutura-se em dois Grupamentos de Engenharia, 11 Batalhões de Engenharia e uma Companhia de Engenharia de Construção.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A Engenharia de Construção tem contribuído sensivelmente para o desenvolvimento do País. Suas Organizações Militares, em parceria com órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, realizam obras de grande importância em diversas regiões. Além do elevado alcance social, essa atividade – verdadeiras missões reais – aprimora, a baixo custo para o Exército, a capacidade técnico-profissional dos militares da Arma.



Construção do trevo rodoviário das BR 050 e 262 em Uberaba (MG)



Restauração da BR 381 no Vale do Aço (MG)



Construção do Aeroporto Internacional de Natal (RN) e recuperação do aeroporto de Marabá (PA)



Restauração da malha viária nos Estados do Piauí e Rio Grande do Norte



Restauração da malha viária nos Estados do Pará e Rondônia

Abertura de clareiras para o gasoduto da PETROBRAS no trecho entre Urucu (AM) e Manaus (AM)



Construção do porto fluvial de Parintins (AM)

Levantamentos topográficos e elaboração de projetos para a integração da comunidade quilombola no Município de Monte Alegre de Goiás (GO)



ESTRUTURA DA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Distribuição das Unidades de Engenharia de Construção no Brasil:



Além dessas obras, a Engenharia também está trabalhando em prol do projeto de integração das bacias hidrográficas do Nordeste:

Eixo Norte: construção de 402 km de canais artificiais, quatro estações de bombeamento, 22 aquedutos, seis túneis e 26 reservatórios de pequeno porte que levarão água aos rios dos Estados de PE, CE, PB e RN.

Eixo Leste: construção de 220 km de canais artificiais, cinco estações de bombeamento, cinco aquedutos, dois túneis e nove reservatórios de pequeno porte que levarão água para o Açude Poço da Cruz e para o Rio Paraíba – responsável pelo nível das águas do Açude Boqueirão, localizado no Estado da Paraíba.

A primeira fase das obras está a cargo das Organizações Militares subordinadas ao 1º Grupamento de Engenharia (João Pessoa-PB). Nessa fase, serão construídos dois canais: um em Floresta (PE), com 5,5 km de extensão, e outro em Cabrobó (PE), com 2,2 km.

COMPANHIA DE ENGENHARIA DA FORÇA DE PAZ

A Companhia de Engenharia da Força de Paz da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi organizada por determinação do Ministério da Defesa, após negociações entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas. Com o *know how* adquirido nas obras de cooperação, o 1º Grupamento de Engenharia (João Pessoa- PB) assegurou a capacitação técnico-profissional dos militares que compõem a Subunidade. A companhia está vocacionada para a realização de trabalhos verticais, empregando mão-de-obra especializada – pedreiros, bombeiros hidráulicos, eletricitas, carpinteiros, armadores e soldadores – e para trabalhos horizontais de reparação, conservação, melhoramento e construção de estradas e aeródromos e de reparação de pontes e outros meios contínuos de transposição de obstáculos.

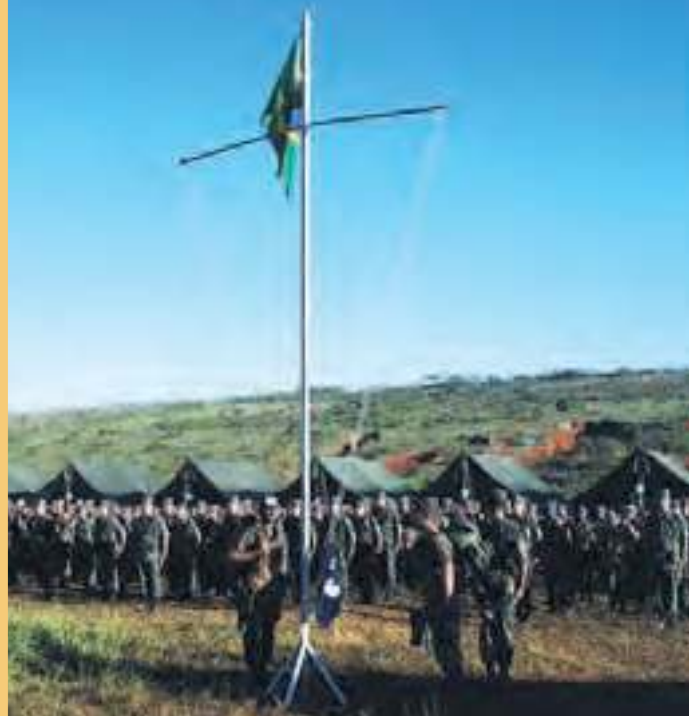


Militares brasileiros realizando trabalhos nas ruas de Porto Príncipe (Haiti)

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

O Centro de Instrução de Engenharia de Construção (CI E Cnst) foi criado pela Portaria do Comandante do Exército nº 108, de 1º de março de 2005. O CI E Cnst subordina-se diretamente à Diretoria de Obras de Cooperação (Brasília-DF) e está localizado na cidade de Araguari (MG). Seu objetivo é especializar, por meio de cursos e estágios, oficiais, subtenentes, sargentos, cabos, soldados e servidores civis das organizações militares de Engenharia, qualificando-os e/ou aperfeiçoando-os nas lides de construção para atender às necessidades das unidades militares. —

ESCOLA DE CIVISMO



Segundo historiadores, os primórdios do Serviço Militar obrigatório no Brasil remontam aos idos de 1542, quando foi promulgado o “Termo”, instrumento que organizou uma milícia, formada por colonos e índios, para fazer face aos contrabandistas que vinham em busca de especiarias. A partir de dezembro de 1548, passou a vigorar o “Regulamento de El Rei”, regimento trazido pelo primeiro Governador-Geral, **Tomé de Souza**, que determinava a posse de armas pelos proprietários de engenho e colonos.

Pelas promulgações do “Termo” e do “Regulamento de 1548”, evidenciou-se uma incipiente organização militar, cujo objetivo era congregar os habitantes para a defesa da terra. Desde aquela época, portanto, o povo passou a constituir a reserva militar.

Em 1574, foi emitida a “Provisão sobre as Ordenanças”, documento que assinalou o início da regulamentação do Serviço Militar no Brasil ao obrigar todos os homens com idade entre 14 e 60 anos a servir. Após a Independência, a Constituição de 1824 formalizou os princípios da obrigatoriedade e da universalidade do Serviço Militar.

Em 1908, foi instituída a obrigatoriedade do Serviço Militar mediante convocação por sorteio. O impulso maior, entretanto, veio com as ameaças que a 1ª Guerra Mundial trouxe para a segurança do Brasil, e, principalmente, da memorável campanha cívica liderada por **Olavo Bilac**. O poeta criou a Liga de Defesa Nacional para defender a idéia do “cidadão-soldado” e do serviço militar como escola de cidadania. A campanha da Liga de Defesa Nacional conseguiu mobilizar a população das principais cidades do país, em especial os estudantes empolgados pelo sentimento nacionalista. A ação de **Bilac** foi considerada um “apostolado de civismo e patriotismo”.

Ao longo dos anos, os instrumentos legais que respaldam o Serviço Militar evoluíram. Em 1964, foi promulgada a atual Lei do Serviço Militar, na qual foram mantidos a universalidade e o caráter obrigatório. Esses princípios, ratificados pela Constituição de 1988, contribuem para que as Forças Armadas sejam integradas por brasileiros de todas as raças, crenças, classes sociais e graus de instrução.

O Serviço Militar é de fundamental importância para o aprimoramento do caráter do cidadão. Na formação do soldado, são priorizados os valores éticos e morais – liberdade, dignidade, solidariedade, camaraderagem, lealdade, honestidade –, bem como é estimulado o culto aos Símbolos Nacionais. Dessa forma, o Serviço Militar constitui-se em verdadeira escola de civismo.

Anualmente, vários dos jovens que iniciam a prestação do Serviço Militar trazem a expectativa de prosseguir na carreira das Armas ou de obter conhecimentos necessários para o ingresso no mercado de trabalho, assim que for concluído o tempo na caserna.

No ano de 2002, após esforço conjunto da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) e do Instituto de Professores Públicos e Privados (IPPP), foi criado o “Projeto Soldado Cidadão” que, com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), visa a qualificar profissionalmente os militares temporários.

Em 2003, os Ministérios da Defesa e do Trabalho e Emprego firmaram parceria com o objetivo de oferecer aos jovens que estão prestando o Serviço Militar a oportunidade de frequentar curso profissionalizante em instituições de ensino indicadas pela primeira pasta. A profissionalização cria condições vantajosas para que esses militares sejam incluídos no mercado de trabalho por meio do Programa Nacional de Estímulo ao

Primeiro Emprego (PNPE). No primeiro ano de execução do projeto, 4.950 soldados, distribuídos por 28 municípios em nove estados da Federação e no Distrito Federal, foram capacitados em três entidades de ensino – SENAI, SENAC e FUNCEFET/RJ. Cada curso teve a duração de 100 horas-aula.

Em 2004, o Projeto passou a ter abrangência nacional, ampliando sua atuação para 110 municípios em todas as regiões do país. Os cursos passaram a ter uma carga horária de oito horas diárias, durante período de 20 dias. As entidades de ensino participantes passaram a ser: SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, CEFET/RN e SEBRAE. Foram firmados, ainda, termos de cooperação com outras entidades, fato que permitiu a qualificação profissional de mais 1.475 militares.

No período de capacitação, os militares têm acesso a conteúdo programático específico de qualificação profissional, orientado para a demanda do mercado de trabalho regional, e recebem noções básicas de em-

preendedorismo. Após o término das aulas, os alunos aprovados recebem o certificado de conclusão emitido pela respectiva entidade de ensino. A conclusão do curso de qualificação permite que o jovem cujo perfil se enquadre nos critérios do PNPE seja cadastrado no Programa e concorra às vagas oferecidas pelo mercado de trabalho. No período de aulas, os militares-alunos continuam recebendo soldo, além de alimentação e auxílio-transporte. As atividades de ensino são realizadas em salas de aula disponibilizadas pelo próprio Exército. Quando o curso exige equipamento, material ou instalações especiais, as aulas são ministradas nas dependências das entidades de ensino profissional.

Em 2005, o total de militares qualificados em todo o País chegou a 57.000. As principais áreas profissionais atendidas foram telecomunicações, alimentos, construção civil, artes gráficas, confecção, eletricidade, mecânica, refrigeração e informática. —





Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Poeta, jornalista, fundador e membro da Academia Brasileira de Letras, foi um ardoroso nacionalista e grande incentivador do Serviço Militar Obrigatório. Percorreu todas as regiões do País a fim de conclamar a mocidade para servir à Pátria que ele tanto amava. Nessa campanha descortinou-se a dimensão maior de sua personalidade, centrada em profundo patriotismo e dedicação ao Brasil.

Precursor da campanha pela alfabetização, foi eleito “Príncipe dos Poetas Brasileiros”. Dentre sua extensa obra, destacam-se a letra do Hino à Bandeira, o poema épico “O Caçador de Esmeraldas” e o belo soneto “A Pátria”. Empenhou-se, ainda, na ação educacional cívica para a promoção dos mais puros ideais da nacionalidade. Sob essa inspiração, fundou, em 1916, a Liga de Defesa Nacional.

Olavo Bilac foi o mais ardoroso defensor do modelo de recrutamento vigente há quase um século no Brasil. A Nação brasileira, com dimensões continentais e com crescente projeção internacional, possui Forças Armadas muito modestas se comparada com as dos demais países. Dessa forma, o desafio de responder às necessidades de defesa tem sido superado graças ao atual sistema de Serviço Militar Obrigatório. Esse sistema permite, em curto prazo, mobilizar reservas e atender, com oportunidade e baixo custo, às situações emergenciais que possam se configurar. Outro enfoque é que o rodízio anual de contingentes permite a interação das Forças Armadas com a sociedade brasileira. A marcante presença dos contingentes militares em todo o território, respaldada na efetiva representatividade da conscrição obrigatória, age como vetor relevante de integração nacional.

No dia 28 de dezembro de 1918, **Olavo Bilac** faleceu na cidade do Rio de Janeiro. A constatação do absoluto ajustamento do sistema de conscrição à realidade nacional demonstra a visão prospectiva desse insigne patriota. Pelo seu trabalho incansável, que revelou a todos os brasileiros a nobreza do dever militar, foi consagrado Patrono do Serviço Militar. —

Financiamento Imobiliário



NOVAS CONDIÇÕES:

- ✓ taxas de juros menores
- ✓ prazos e limites de financiamento maiores
- ✓ carência de apenas 1 mês como poupador POUPEX
- ✓ saldo médio de apenas 10% do valor do financiamento, em Poupança POUPEX

CONDIÇÕES
ESPECIAIS PARA
MILITARES COM PATENTE
ATÉ CAPITÃO

MAIS INFORMAÇÕES: 0800 61-3040

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO DISTRITO FEDERAL - ESCDF

QGEEx - Bl. "H" - Térreo (SMU) - 70630-901

Brasília-DF - Fone (61) 3225.3932, 3225.8339, e 3415.6605 - Fax (61) 3415.5459

FHE FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO

fhe.org.br

POUPEX
Associação de Poupança e Empréstimo

poupex.com.br



Colégios Militares

Isto é ensino de qualidade!